

# DGM 2024

DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

## Análise Executiva

# Apresentação



Bem-vindo à sexta edição da série Desafios da Gestão Municipal, que traz um retrato da situação das 100 maiores cidades brasileiras (acima de 273,5 mil habitantes), que representam 44,2% de tudo o que é produzido no Brasil. Essas cidades possuem, portanto, grande peso sobre os índices nacionais e relevância para o desenvolvimento do país.

O estudo analisa indicadores que revelam aspectos importantes da qualidade de vida da população relacionados à oferta de serviços públicos essenciais no âmbito dos municípios, ainda que fornecidos por outros entes ou pela iniciativa privada.

O desempenho das cidades é consolidado em um índice sintético, o IDGM (Índice dos Desafios da Gestão Municipal), que varia entre zero e um. Quanto mais próximo de um, melhor o desempenho do município.

Além do indicador sintético, o estudo apresenta uma análise da evolução dos desafios por área. Através de uma visão evolutiva e comparativa, é possível qualificar os avanços de cada município entre os anos censitários (2010 e 2022-2023) e avaliar a sua situação frente aos outros municípios, bem como identificar destaques de municípios que evoluíram bem em cada área e possam replicar boas práticas em outros.

Seguimos avançando com inovações na plataforma, lançada em 2020, onde é possível consultar análises dos indicadores, dados absolutos e desagregações para cada município. Nesta nova edição, desenvolvemos cinco painéis sobre temas relevantes e necessários para pensar a atuação estratégica da próxima gestão municipal: 1) População; 2) Vocações, empregos e renda; 3) Planejamento e gestão; 4) Conectividade; e 5) Sustentabilidade ambiental.

Em um ano de eleições municipais, esperamos contribuir com a indicação dos legados e dos desafios para os novos prefeitos. O intuito é provocar reflexões por parte dos atores públicos e da sociedade que levem a uma maior efetividade das gestões públicas, a partir do uso de dados e evidências, seleção de prioridades e identificação de boas práticas que potencializem a ação dos municípios frente aos desafios atuais e futuros.

# Transformações em curso e novos desafios para a gestão municipal: envelhecimento, digitalização e mudanças climáticas

Os prefeitos que assumirão em janeiro têm desafios já conhecidos em áreas essenciais ao desenvolvimento, como educação e saúde, e outros desafios que estão emergindo. Os serviços prestados à população ainda estão longe dos padrões satisfatórios e dos níveis dos países desenvolvidos. Para citar dois exemplos: a taxa de mortalidade infantil dos 100 maiores municípios do Brasil foi de 12,2 por mil nascidos vivos em 2022, mais que o dobro da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e a taxa de homicídios, de 20,8 por 100 mil habitantes, 4,6 vezes a média dos países da OCDE.<sup>1</sup>

As novas gestões enfrentarão o desafio crescente do envelhecimento da população. Entre os Censos de 2010 e 2022, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais cresceu 5,5 pontos percentuais no grupo dos 100 maiores municípios (100+) e 5 pontos no total da população brasileira. Em 2022, 16,2% da população dos 100+ era formada por idosos, proporção similar aos 15,8% do Brasil, percentual que variou de 7,7% em Boa Vista (RR) a 23,8% em Niterói (RJ) e 25,3% em Santos (SP).

Essa realidade tem implicações sobre os gastos com previdência e a demanda crescente por serviços de saúde. Além disso, adaptações na infraestrutura urbana, criação de espaços acessíveis, transporte adequado e oportunidades de inserção produtiva que atendam às necessidades dos idosos serão cruciais para garantir uma cidade inclusiva para essa faixa etária em expansão.

A pandemia acelerou uma tendência que vinha ganhando espaço, a de digitalização dos serviços públicos e da economia como um todo. Prefeitos terão de acelerar a modernização da administração pública, adotando tecnologias que facilitem o acesso da população a serviços essenciais, como saúde, educação e transporte. O retrato pré-pandemia, em 2019, mostrava enormes deficiências nesse campo entre os 100+: apenas um terço dos municípios realizava matrículas on-line; 29% faziam agendamento de consultas médicas on-line; e somente 23 possuíam sistema de iluminação inteligente.<sup>2</sup>

Sustentabilidade e resiliência ambiental serão temas centrais para as administrações municipais nos próximos quatro anos. Os efeitos das mudanças climáticas já estão sendo gravemente sentidos pela população e demandam a implementação urgente de práticas de redução de risco e mitigação de efeitos de catástrofes, além de políticas que incentivem infraestrutura resiliente, mobilidade urbana sustentável, uso de energia limpa e preservação de áreas verdes.

Enfrentar esses desafios em um contexto de fortes restrições fiscais (somente 59 dos 100 maiores municípios possuíam nota A ou B no Capag em 2023) requer melhorias na gestão, maior capacidade de antecipação, gerenciamento com base em evidências, adoção de soluções inovadoras e atuação de forma coordenada e integrada, inclusive com iniciativa privada, terceiro setor e outros entes federativos.

# Como as 100 maiores cidades avançaram nos indicadores?

**Na educação**, o acesso à creche e à pré-escola aumentou entre 2010 e 2023, mas ainda está distante das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente. Apenas um terço dos 100 maiores municípios atingiu uma razão de 50% em creche e menos da metade alcançou a universalização da pré-escola em 2023.

Em relação à qualidade da educação, é preciso acelerar o ritmo dos avanços. As cidades registraram melhorias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Fundamental (EF, anos iniciais) – Rede pública, apesar das disparidades, com 44% das cidades alcançando a meta 6 no Ideb em 2023.

Nos anos finais do ensino, a situação é mais preocupante. As cidades avançaram no Ideb da rede pública, mas nenhuma alcançou nota 6 em 2023. E apenas 12 municípios registraram nota igual ou superior a 5,5, meta estipulada para essa etapa do ensino até 2021.

**Na saúde**, a taxa de mortalidade infantil nos 100+ teve aumento em um terço dos municípios entre 2010 e 2022. Em 2022, a grande maioria (82) ainda possuía índice acima de 10 por mil nascidos vivos. Assim, além de melhorar a atenção básica, o desafio é expandir a assistência pré-natal.

Ainda na saúde, a taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) nos 100+ registrou aumento em 37 dos 100 municípios entre 2010 e 2022.

**Em segurança**, a taxa de homicídios nos 100+ caiu entre 2010 e 2022 na maioria dos municípios (83), porém, mais de dois terços dos municípios (68) possuíam taxa acima de 10 por 100 mil pessoas em 2022.

A trajetória da taxa de mortes no trânsito entre 2010 e 2022 foi de queda nas 100 maiores cidades, resultado superior à média nacional. Prevalecem, contudo, taxas acima de 10 em 76 dos 100 municípios.

**Em saneamento**, a coleta de resíduos sólidos é o item mais próximo da universalização, com 98,3% de atendimento nos 100 maiores municípios. Em seguida, aparece o índice de atendimento de água, com 95% de cobertura nos 100+. Contudo, a universalização, que significa uma taxa de atendimento de 99%, prevista no Marco Legal do Saneamento, só foi alcançada por 41 municípios em 2022. O índice de perdas na distribuição apresentou redução expressiva entre 2010 e 2022 na média dos 100 maiores municípios, mas ainda ficou acima da taxa nacional no último ano em 44 municípios.

O atendimento de esgotamento e a taxa de esgoto tratado passaram por grandes avanços nos 100+ entre 2010 e 2022. Apesar da alta, a universalização ainda está distante para a maioria do grupo (40 superaram a marca de 90% em 2022). O tratamento de esgoto também ainda é um desafio a ser superado por quase a totalidade do grupo (apenas 15 possuem índice de 90% ou mais em 2022).

# As 100 maiores cidades do Brasil

## NORDESTE 20 municípios

- MA** São Luís
- PI** Teresina
- CE** Caucaia, Juazeiro do Norte e Fortaleza
- RN** Natal
- PB** Campina Grande e João Pessoa
- PE** Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Petrolina e Recife
- AL** Maceió
- SE** Aracaju
- BA** Camaçari, Feira de Santana, Salvador e Vitória da Conquista

## SUDESTE 51 municípios

- MG** Belo Horizonte, Betim, Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Uberaba e Uberlândia
- ES** Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória
- RJ** Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti
- SP** Bauru, Campinas, Barueri, Carapicuíba, Diadema, Franca, Guarujá, Cotia, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Jundiaí, Limeira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Praia Grande, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Taboão da Serra e Taubaté

## NORTE 9 municípios

- RO** Porto Velho
- AC** Rio Branco
- AM** Manaus
- RR** Boa Vista
- PA** Ananindeua, Belém e Santarém
- AP** Macapá
- TO** Palmas

## CENTRO-OESTE 6 municípios

- MS** Campo Grande
- MT** Cuiabá e Várzea Grande
- GO** Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia

## SUL 14 municípios

- PR** Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e São José dos Pinhais
- SC** Blumenau, Florianópolis e Joinville
- RS** Caxias do Sul, Canoas, Pelotas e Porto Alegre





## População



Os 100 maiores municípios concentram 38,6% da população do país. São cerca de 78,3 milhões de habitantes, aproximadamente a população da Alemanha. **Fonte:** IBGE, 2022, e Banco Mundial, 2022.

## Território



Com uma representatividade de 2% do território nacional (cerca de 171 mil km<sup>2</sup>), os 100+ ocupam uma área um pouco menor que a do Uruguai. **Fonte:** IBGE, 2022, e Banco Mundial, 2021.

## Densidade populacional



Os 100+ apresentam uma densidade populacional de 457 habitantes por km<sup>2</sup>, ou seja, uma densidade 19 vezes maior que a densidade brasileira. **Fonte:** IBGE, 2022.

## PIB



Os 100+ representam 44,2% do PIB do país e seu PIB *per capita* é de R\$ 47.515,5, valor superior em 12,5% à média nacional, que é de R\$ 42.247,5. **Fonte:** IBGE, 2021.

## Força de trabalho



Os 100+ representam 52,3% dos empregos formais no país, com um total de 27,6 milhões de vínculos formais. **Fonte:** RAIS, 2022.

## Educação



Os 100+ somam 1,55 milhão de crianças na creche e 1,87 milhão na pré-escola, o que representa, respectivamente, 38% e 35% das crianças no país. **Fonte:** Censo Escolar, 2023.

## Segurança



O número de homicídios registrados nos 100+ em 2022 foi de 16.292 (35,1% do total), o equivalente a 20,8 homicídios por 100 mil habitantes, taxa menor que a nacional, de 22,9. **Fonte:** DataSUS, 2022.

## Mortalidade infantil



A taxa de mortalidade infantil é de 12,2 óbitos por mil nascidos vivos, pouco menor que a do Brasil (12,6). Cerca de 36% dos óbitos até um ano no Brasil ocorrem nos 100+. **Fonte:** DataSUS, 2022.

# O IDGM

O ranking do IDGM é construído com base em um índice sintético que reúne 15 indicadores em quatro áreas:



**Educação**



**Saúde**



**Segurança**



**Saneamento e  
Sustentabilidade**

O IDGM varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho do município. Os indicadores selecionados buscam captar serviços sob a influência das prefeituras, mesmo que ofertados por outros entes da Federação ou pela iniciativa privada. Foram priorizados indicadores finalísticos com dados atualizáveis de fontes oficiais de informação e disponíveis para todos os municípios brasileiros. O objetivo é fornecer uma visão comparativa e evolutiva da situação do município.



# Indicadores do IDGM

 <b>Educação</b>	Fonte	Ano
<b>Educação Infantil</b>		
Matrículas em creche sobre o total de crianças de 0 a 3 anos de idade (%)	Censo Escolar e IBGE	2010-2023*
Matrículas na pré-escola sobre o total de crianças de 4 a 5 anos de idade (%)	Censo Escolar e IBGE	2010-2023*
<b>Educação Fundamental</b>		
Ideb Ensino Fundamental I – Rede pública (pontos)	Inep	2011-2023
Ideb Ensino Fundamental II – Rede pública (pontos)	Inep	2011-2023
 <b>Saúde</b>	Fonte	Ano
Taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (por 100 mil habitantes de 30 a 69 anos)	DataSUS e IBGE	2010-2022*
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%)	DataSUS	2010-2022
Cobertura das equipes de atenção básica (% da população)	Ieps e IBGE	2010-2023*
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	DataSUS	2012-2022
 <b>Segurança</b>	Fonte	Ano
Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)	DataSUS e IBGE	2010-2022*
Taxa de óbitos em acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes)	DataSUS e IBGE	2010-2022*
 <b>Saneamento e sustentabilidade</b>	Fonte	Ano
Índice de esgoto tratado (% do volume de água consumida)	Snis	2010-2022*
Índice de perdas na distribuição de água (% do volume de água consumida)	Snis	2010-2022*
Índice de atendimento de água (% da população)	Snis	2010-2022*
Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares (% da população)	Snis	2010-2022*
Índice de atendimento de esgoto (% da população atendida com água)	Snis	2010-2022*

\* Cálculos feitos com base em estimativas populacionais de 2011 a 2021 e Censos de 2010 e 2022. Para 2023, foi utilizada a população enviada ao Tribunal de Contas da União (TCU) pelo IBGE.



### Saneamento e Sustentabilidade

- Índice de esgoto tratado
- Índice de perdas na distribuição de água
- Índice de atendimento de água
- Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares
- Índice de atendimento de esgoto



### Educação

- Razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos
- Razão entre matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos
- Ideb do Ensino Fundamental I
- Ideb do Ensino Fundamental II



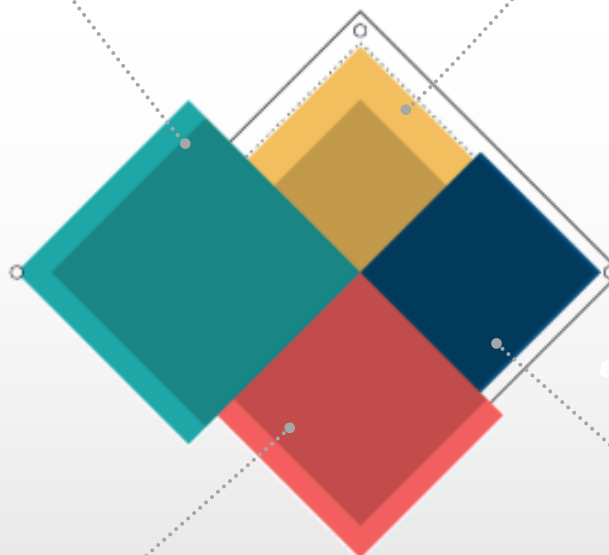
### Saúde

- Taxa de óbitos de pessoas de 30 a 69 anos por DCNT
- Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal
- Percentual de cobertura da atenção básica
- Taxa de mortalidade infantil



### Segurança

- Taxa de homicídios
- Taxa de óbitos em acidentes de trânsito



Visualização  
**Café**



# O Ranking de 2024 (1/2)

#	Município	UF	Índice Geral	Δ 2010-2023
1°	Maringá	PR	0,765	▲ 1
2°	Franca	SP	0,722	▲ 6
3°	Jundiaí	SP	0,721	▲ 1
4°	Uberlândia	MG	0,720	▲ 6
5°	Curitiba	PR	0,718	▲ 6
6°	Cascavel	PR	0,714	▲ 37
7°	São José dos Campos	SP	0,713	▼ 4
8°	Piracicaba	SP	0,710	▼ 2
9°	São José do Rio Preto	SP	0,706	▼ 8
10°	Barueri	SP	0,700	▲ 14
11°	Santos	SP	0,697	▲ 4
12°	Belo Horizonte	MG	0,696	— 0
13°	Ribeirão Preto	SP	0,695	▼ 8
13°	São Paulo	SP	0,695	— 0
15°	Sorocaba	SP	0,694	▲ 3
16°	São Bernardo do Campo	SP	0,692	▲ 6
17°	Campinas	SP	0,687	▼ 8
18°	Londrina	PR	0,686	▼ 2
19°	São José dos Pinhais	PR	0,685	▲ 42
20°	Vitória	ES	0,683	▼ 6
21°	Florianópolis	SC	0,682	▼ 14
22°	Joinville	SC	0,681	▲ 5
23°	Santo André	SP	0,68	▲ 2
24°	Taubaté	SP	0,672	▲ 8
25°	Limeira	SP	0,671	▼ 5

#	Município	UF	Índice Geral	Δ 2010-2023
25°	Blumenau	SC	0,671	▲ 3
27°	Goiânia	GO	0,663	▲ 7
28°	Palmas	TO	0,662	▲ 2
28°	Montes Claros	MG	0,662	▼ 9
30°	Diadema	SP	0,658	▲ 3
31°	Sumaré	SP	0,653	▼ 10
32°	Praia Grande	SP	0,652	▲ 5
32°	Suzano	SP	0,652	▼ 3
34°	Contagem	MG	0,646	▲ 4
34°	Mauá	SP	0,646	▲ 16
36°	Rio de Janeiro	RJ	0,645	▲ 12
36°	Foz do Iguaçu	PR	0,645	▲ 13
36°	Ponta Grossa	PR	0,645	▲ 2
39°	Uberaba	MG	0,644	▼ 23
39°	Caxias do Sul	RS	0,644	▲ 5
41°	Taboão da Serra	SP	0,640	▼ 5
42°	Bauru	SP	0,638	▼ 20
43°	Mogi das Cruzes	SP	0,637	▼ 2
44°	Niterói	RJ	0,636	▼ 18
45°	Betim	MG	0,631	▼ 14
46°	Vila Velha	ES	0,630	▲ 8
46°	Campo Grande	MS	0,630	▼ 1
48°	Porto Alegre	RS	0,628	▼ 2
49°	Petrolina	PE	0,622	▲ 23
50°	Petrópolis	RJ	0,620	▲ 6

# O Ranking de 2024 (2/2)

#	Município	UF	Índice Geral	Δ 2010-2023
51°	Fortaleza	CE	0,606	▲ 1
52°	Osasco	SP	0,605	▼ 10
53°	Campina Grande	PB	0,603	▲ 6
53°	Serra	ES	0,603	▲ 13
55°	Ribeirão das Neves	MG	0,600	▼ 2
56°	Cuiabá	MT	0,596	▲ 6
57°	Guarulhos	SP	0,593	▼ 10
58°	Juiz de Fora	MG	0,589	▼ 18
59°	Anápolis	GO	0,585	▲ 9
60°	São Vicente	SP	0,583	▲ 4
61°	Boa Vista	RR	0,582	▼ 1
62°	Caucaia	CE	0,581	▼ 11
62°	Cotia	SP	0,581	▼ 7
64°	Recife	PE	0,579	▲ 4
65°	João Pessoa	PB	0,577	▼ 1
65°	Itaquaquecetuba	SP	0,577	▼ 7
67°	Vitória da Conquista	BA	0,576	▲ 26
68°	Pelotas	RS	0,575	▲ 8
69°	Caruaru	PE	0,573	▲ 13
70°	Canoas	RS	0,570	▲ 5
71°	Guarujá	SP	0,568	▲ 2
72°	Carapicuíba	SP	0,563	▼ 37
73°	Natal	RN	0,562	▼ 11
74°	Teresina	PI	0,561	▼ 7
75°	Aracaju	SE	0,560	▲ 1

#	Município	UF	Índice Geral	Δ 2010-2023
76°	Aparecida de Goiânia	GO	0,553	▲ 9
77°	Juazeiro do Norte	CE	0,552	▼ 20
78°	Salvador	BA	0,545	— 0
79°	Cariacica	ES	0,541	▲ 9
80°	Paulista	PE	0,536	▲ 4
81°	São Luís	MA	0,530	▼ 10
82°	Campos dos Goytacazes	RJ	0,527	▼ 9
83°	Olinda	PE	0,526	▲ 4
84°	Várzea Grande	MT	0,521	▲ 7
85°	Manaus	AM	0,518	▼ 15
86°	Camaçari	BA	0,511	▲ 3
87°	Feira de Santana	BA	0,504	▼ 7
88°	Ananindeua	PA	0,498	▲ 11
89°	Rio Branco	AC	0,497	▼ 8
90°	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,494	— 0
91°	Belém	PA	0,493	▲ 1
92°	São Gonçalo	RJ	0,492	▼ 13
93°	Maceió	AL	0,489	▲ 3
94°	Santarém	PA	0,487	▼ 12
95°	São João de Meriti	RJ	0,486	▼ 10
96°	Nova Iguaçu	RJ	0,468	▲ 2
97°	Porto Velho	RO	0,464	▲ 3
98°	Belford Roxo	RJ	0,456	▼ 4
99°	Duque de Caxias	RJ	0,416	▼ 4
100°	Macapá	AP	0,403	▼ 4



# Capítulo 1

Síntese dos 100+

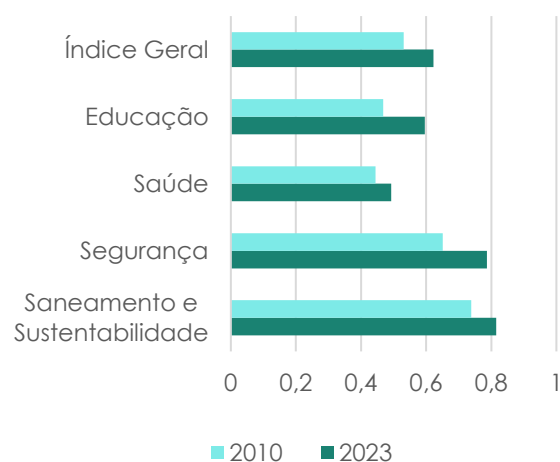


# Como as 100 maiores cidades avançaram no IDGM?

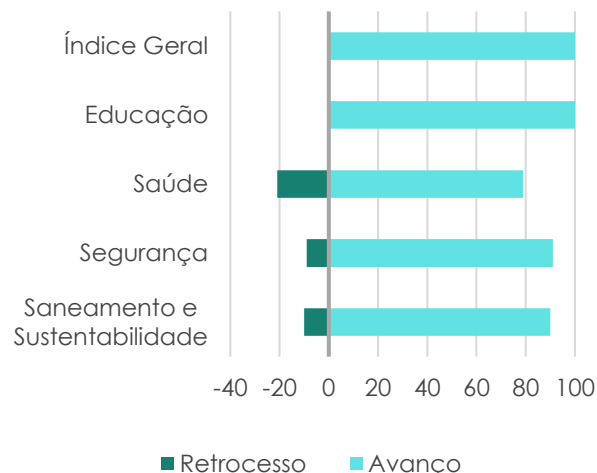
A evolução do IDGM entre 2010 e 2023 mostrou avanços em todos os municípios no índice geral. Contudo, na análise por área, percebe-se que os ganhos foram generalizados para os 100 municípios apenas em educação. Nas demais áreas, embora a grande maioria tenha avançado, há retrocessos em saúde (em 21 municípios, sendo uma estagnação), saneamento e sustentabilidade (10) e segurança (9).

O grupo dos 100, em média, é melhor que a média nacional no IDGM geral e em três das quatro áreas: educação, segurança e saneamento. Em saúde, os 100+ eram melhores que a média brasileira em 2010, mas apresentaram resultado pior em 2023. Já em segurança ocorreu o inverso: eram piores que a média brasileira em 2010 e passaram a ter um diferencial positivo em 2023, devido a avanços mais expressivos.

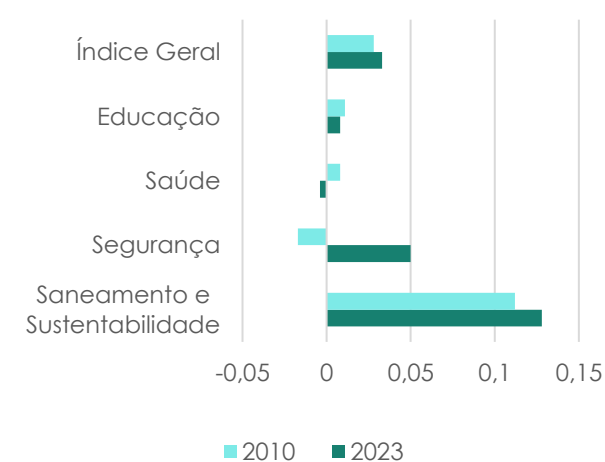
## IDGM nos 100+



## Número de municípios por tipo de evolução entre 2010 e 2023



## Diferencial do índice dos 100+ em relação à média brasileira



# Destques e desigualdades

O **estado de São Paulo é destaque no ranking**, abrigando 15 municípios (incluindo a capital) entre as 25 cidades com melhor avaliação. **Paraná** também sobressai positivamente, com cinco cidades entre as 25 melhores, incluindo o primeiro lugar, **Maringá**, e **Curitiba**, capital mais bem posicionada no ranking.

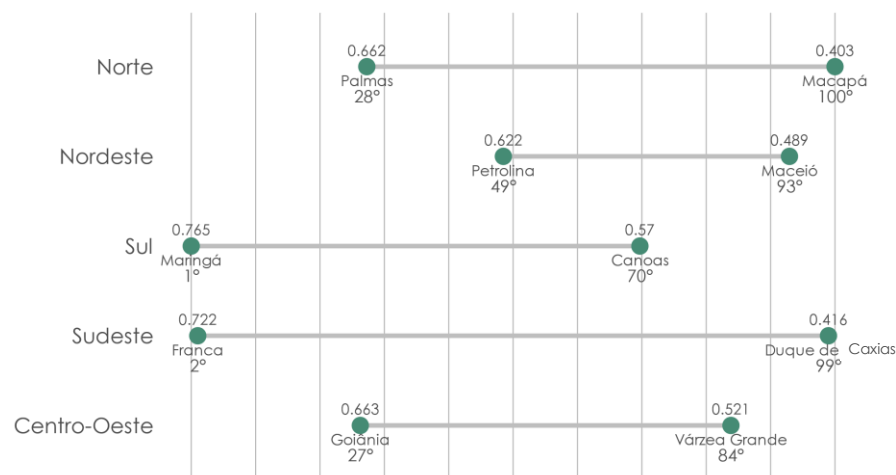
O **IDGM reflete desigualdades** entre regiões e dentro de uma mesma região. Entre os 50 primeiros colocados, somente quatro municípios não pertencem às regiões Sul e Sudeste: Goiânia (GO), em 27º; Palmas (TO), em 28º; Campo Grande (MS), em 46º; e Petrolina (PE), em 49º.

Entre as **25 cidades com pior posição no ranking, 16 estão nas regiões Norte e Nordeste**. Sete das nove cidades da Região Norte contempladas no estudo estão entre as 20 piores colocações no ranking geral. O estado do Rio de Janeiro aparece com seis municípios no grupo das 25 cidades com pior avaliação. **Entre as 10 piores posições no IDGM geral, metade se localiza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**.

**As cidades médias**, com população de até 500 mil habitantes,<sup>1</sup> **destacam-se** tanto em termos de posicionamento no ranking geral, ocupando três dos cinco primeiros lugares, quanto em **termos de evolução entre 2010 e 2023**. No ranking das variações de posição no período analisado: os cinco maiores avanços ocorreram em cidades médias; entre os dez primeiros avanços, nove foram registrados em cidades médias; e entre os 20 primeiros, 16 foram ocorreram em cidades médias.

**Nota:** <sup>1</sup>O recorte populacional do estudo foi feito com base nos dados do Censo de 2022, sendo consideradas para a análise as 100 cidades com população acima de 273.542 pessoas.

## Maiores e menores IDGM por região



## Cinco melhores cidades médias no ranking geral

#	Município	UF	Índice Geral	Posição Geral
1º	Maringá	PR	0,765	1º
2º	Franca	SP	0,722	2º
3º	Jundiaí	SP	0,721	3º
4º	Cascavel	PR	0,714	6º
5º	Piracicaba	SP	0,710	8º

# IDGM Geral

**Não há cidade “modelo”, ou seja, melhor em todas as áreas.** Uma cidade “modelo” combina bons resultados em indicadores de várias áreas. Entre as cinco melhores no Índice Geral, duas se localizam no Paraná: Maringá e a capital, Curitiba. **A primeira colocada no ranking geral figura entre os cinco melhores municípios em três das quatro áreas** contempladas: educação (2º), saúde (1º) e saneamento e sustentabilidade (1º). **As demais aparecem entre os cinco primeiros em uma área:** Jundiaí (5º em saneamento); Uberlândia (4º em saúde); Franca (5º em educação); e Curitiba (2º em saneamento).

**As cidades do Paraná também se destacaram em termos de evolução no ranking entre 2010 e 2023,** com duas das cinco cidades com melhores variações no ranking: São José dos Pinhais e Cascavel.

Com relação às capitais, as cinco melhores foram registradas no Sul (**Curitiba e Florianópolis**) e no Sudeste (**São Paulo, Belo Horizonte e Vitória**). O **Rio de Janeiro** teve a maior evolução entre as capitais, subindo **12 posições** no ranking entre 2010 e 2023. Goiânia se destacou com um avanço de sete posições, enquanto Curitiba e Cuiabá subiram seis colocações. A 5ª maior variação ocorreu em Recife, que cresceu quatro posições.

## Cinco primeiros colocados no ranking geral

#	Município	UF	Índice Geral
1º	Maringá	PR	0,765
2º	Franca	SP	0,722
3º	Jundiaí	SP	0,721
4º	Uberlândia	MG	0,720
5º	Curitiba	PR	0,718

## Cinco maiores variações positivas no ranking geral

#	Município	UF	Δ 2010-2023
1º	São José dos Pinhais	PR	42
2º	Cascavel	PR	37
3º	Vitória da Conquista	BA	26
4º	Petrolina	PE	23
5º	Mauá	SP	16

## Cinco primeiras capitais no ranking geral

#	Capital	UF	Índice Geral
1º	Curitiba	PR	0,718
2º	Belo Horizonte	MG	0,696
3º	São Paulo	SP	0,695
4º	Vitória	ES	0,683
5º	Florianópolis	SC	0,682

## Cinco maiores variações positivas das capitais no ranking geral

#	Capital	UF	Δ 2010-2023
1º	Rio de Janeiro	RJ	12
2º	Goiânia	GO	7
3º	Curitiba	PR	6
3º	Cuiabá	MT	6
5º	Recife	PE	4



# Capítulo 2

Evolução por área







## EDUCAÇÃO

A responsabilidade pela educação básica no Brasil é compartilhada entre os três entes da Federação com algum grau de sobreposição de funções. Cabe aos municípios a oferta de educação infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, enquanto os anos finais são compartilhados entre estado e municípios. Os indicadores contemplados no IDGM Educação são:



Razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos



Razão entre matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos



Ideb do Ensino Fundamental I – Rede pública



Ideb do Ensino Fundamental II – Rede pública



# Destques no IDGM Educação

Os melhores municípios em Educação, de acordo com o IDGM 2024, estão principalmente no estado de São Paulo, liderados por Barueri, com 0,710. Em seguida, vêm: Maringá (PR), com 0,703; Limeira (SP), com 0,697; e São José dos Campos (SP), com 0,696. Franca (SP) ocupa a quinta posição no ranking de Educação, com um índice de 0,692.

Os maiores avanços na área da Educação, em termos de posição no ranking, estão nas regiões Sul (dois municípios), Sudeste (dois) e Nordeste (um), com destaque para Foz do Iguaçu (PR), que deu um salto significativo de 31 colocações. Em seguida, vêm: Mogi das Cruzes (SP), com um avanço de 28 posições; Guarujá (SP), com 26 posições; e Petrolina (PE), também com 26 posições. Cascavel (PR) subiu 24 posições no ranking.

Quatro das cinco melhores capitais em Educação estão no Sudeste, com Vitória (ES) liderando o ranking (índice de 0,674). Em seguida, aparecem: São Paulo (SP), com 0,672; Curitiba (PR), com 0,657; e Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ), ambas com 0,627.

As capitais com maiores avanços na área da Educação, em termos de posição no ranking, estão distribuídos nas regiões Sul (um município), Centro-Oeste (um), Nordeste (dois) e Sudeste (um). Curitiba (PR) destaca-se com um salto de 19 colocações, seguida por Goiânia (GO), que subiu 18 posições. Salvador (BA) avançou 16 posições, enquanto Fortaleza (CE) registrou um crescimento de 15 posições. No Sudeste, o Rio de Janeiro (RJ) subiu cinco colocações no ranking.

## Cinco primeiros colocados no ranking de Educação

#	Município	UF	Índice Educação
1°	Barueri	SP	0,710
2°	Maringá	PR	0,703
3°	Limeira	SP	0,697
4°	São José dos Campos	SP	0,696
5°	Franca	SP	0,692

## Cinco maiores variações positivas no ranking de Educação

#	Município	UF	Δ 2010-2023
1°	Foz do Iguaçu	PR	31
2°	Mogi das Cruzes	SP	28
3°	Guarujá	SP	26
3°	Petrolina	PE	26
5°	Cascavel	PR	24

## Cinco primeiras capitais no ranking de Educação

#	Capital	UF	Índice Educação
1°	Vitória	ES	0,674
2°	São Paulo	SP	0,672
3°	Curitiba	PR	0,657
4°	Belo Horizonte	MG	0,627
4°	Rio de Janeiro	RJ	0,627

## Cinco maiores variações positivas das capitais no ranking de Educação

#	Capital	UF	Δ 2010-2023
1°	Curitiba	PR	19
2°	Goiânia	GO	18
3°	Salvador	BA	16
4°	Fortaleza	CE	15
5°	Rio de Janeiro	RJ	5



# Razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

Os cuidados na primeira infância são essenciais para o desenvolvimento integral do indivíduo. A razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos é um indicador que permite avaliar a oferta de creche para atender à população na faixa etária adequada no município, refletindo a disponibilidade de vagas. Garantir oferta de creche é fundamental para que as crianças recebam os cuidados necessários em seus primeiros anos de vida, com impactos positivos em seu desenvolvimento futuro e na capacidade das mães e dos pais de se engajarem no mercado de trabalho.

Nos 100 maiores municípios, a média da razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos é consistentemente superior à média nacional ao longo de toda a série histórica. Em 2023, essa tendência persistiu, com os 100 maiores registrando uma razão de 44,5%, enquanto a média nacional era de 41,3%, ambas abaixo da meta estipulada pelo mais recente Plano Nacional da Educação (PNE), de atender metade das crianças com até 3 anos até 2024.

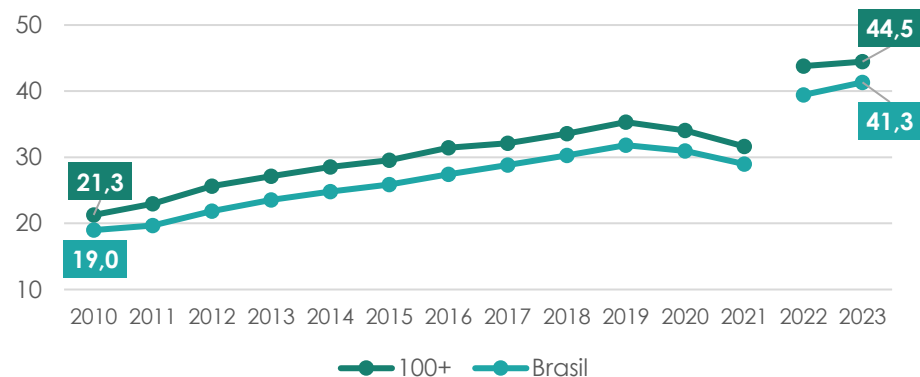
Comparando os dados de 2010 e 2023, observa-se que o aumento do indicador nos 100 maiores municípios refletiu um progresso generalizado, uma vez que todos conseguiram ampliar o acesso às creches para crianças de 0 a 3 anos.

Em 2023, apenas um terço dos 100 maiores municípios atingiu uma razão de 50% ou mais. Barueri (SP) liderou no indicador, com uma razão de 81,2% em 2023, valor próximo ao da cidade de São Paulo, que registrou uma razão de 81% no mesmo ano. No outro extremo, Nova Iguaçu (RJ) apresentou a pior colocação, com uma razão de apenas 7,8%.

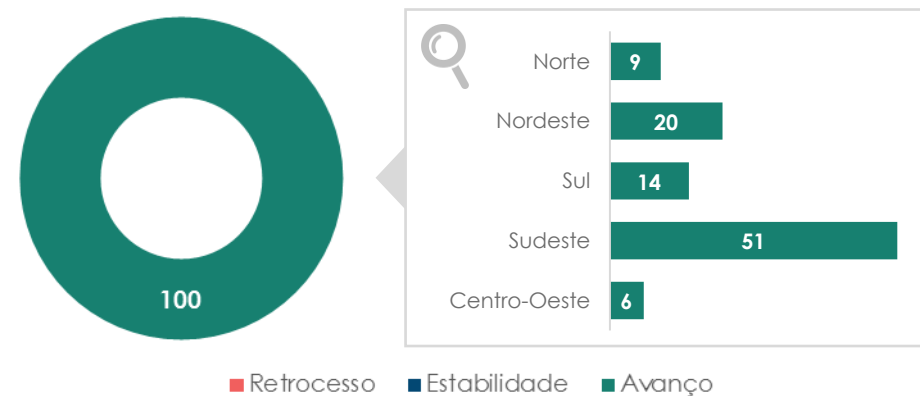
Em termos de variações, São Paulo (SP) é o município que assinalou o maior avanço no período, com um aumento significativo de 53,9 pontos percentuais na razão entre 2010 e 2023. Já Nova Iguaçu (RJ) apresentou o menor avanço, com um aumento de apenas 4,1 pontos percentuais no período, o que sugere desafios persistentes para expandir o acesso à educação infantil na cidade.



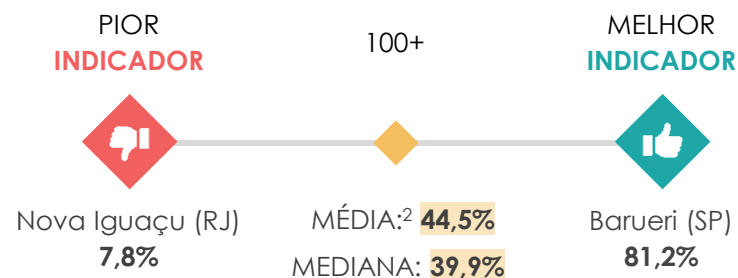
**Evolução da razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos nos 100+ e Brasil<sup>1</sup> (%)**



**Número de municípios conforme a variação da razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos entre 2010 e 2023**



**Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2023**



**Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p.) entre 2010 e 2023**



Fonte: Macroplan, a partir de dados do Censo Escolar e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Notas: <sup>1</sup> Os valores de 2022 e 2023 utilizam como denominador a população do mais recente Censo Demográfico, não sendo recomendada a comparação com os anos anteriores (2011 a 2021), que consideram as estimativas populacionais.

<sup>2</sup> Média ponderada dos 100 maiores municípios.



# Razão entre matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

A matrícula de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola é obrigatória no Brasil. A razão entre matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos é um indicador sobre a adequação da oferta educacional dessa etapa de ensino, essencial para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Além de a pré-escola ser uma etapa para o desenvolvimento do indivíduo, esse estágio do ensino apoia as famílias, permitindo que mães e pais se integrem ao mercado de trabalho.

Nos 100 maiores municípios, a proporção de matrículas em pré-escola em relação ao total de crianças de 4 a 5 anos é ligeiramente inferior à média nacional ao longo de toda a série histórica. Em 2023, essa tendência persistiu, com os 100 maiores municípios apresentando uma taxa de 96,3%, comparada à média nacional de 99,4%.

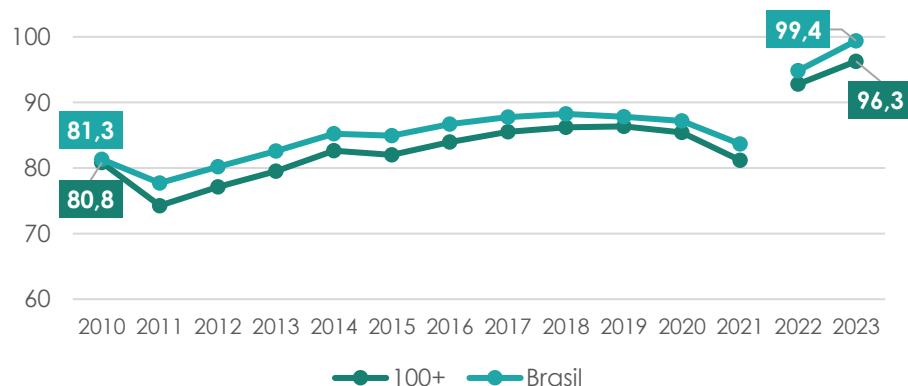
Ao comparar os dados de 2023 com os de 2010, observa-se avanço praticamente generalizado do indicador (98% dos municípios). Todas as regiões apresentaram avanço em todos os municípios no indicador, exceto o Nordeste, que possui dois municípios com piora (Juazeiro do Norte e Feira de Santana).

Em 2023, 43 municípios alcançaram uma cobertura de 100% no indicador de pré-escola, sendo 29 do Sudeste, oito do Sul, quatro do Nordeste, dois do Norte e nenhum do Centro-Oeste. Em contraste, Maceió (AL) registrou a menor proporção, com apenas 61,9%.

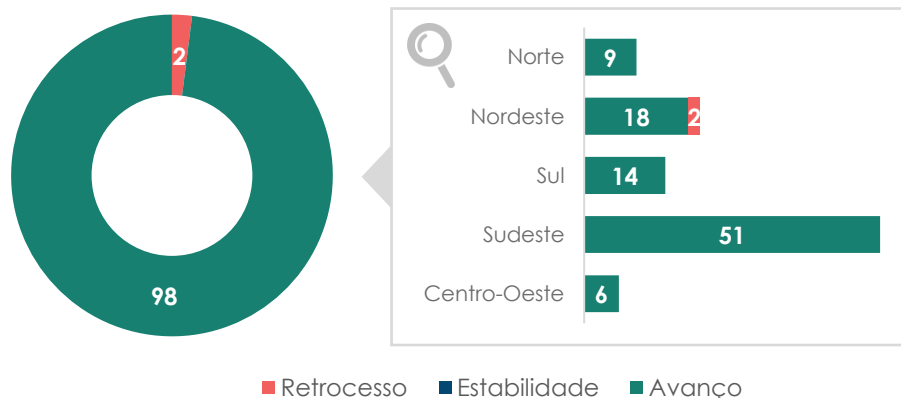
Entre os maiores avanços e retrocessos de 2010 a 2023, São José dos Pinhais (PR) destacou-se com o maior aumento, de 57,2 pontos percentuais. Por outro lado, Feira de Santana (BA) e Juazeiro do Norte (CE) experimentaram as maiores quedas, com reduções de 3,4 e 1,9 pontos percentuais, respectivamente, na proporção de matrículas em pré-escola em relação ao total de crianças de 4 a 5 anos.



### Evolução da razão entre matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos nos 100+ e Brasil<sup>1</sup> (%)



### Número de municípios conforme a variação da razão entre matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos entre 2010 e 2023<sup>2</sup>

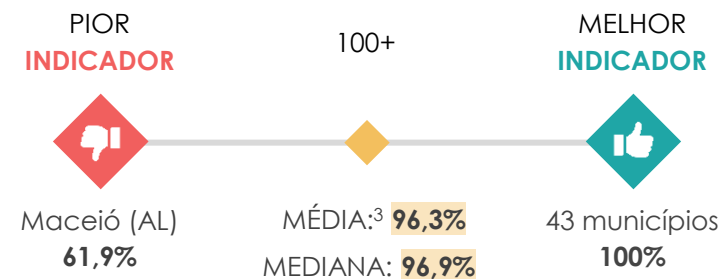


Fonte: Macroplan, a partir de dados do Censo Escolar e do IBGE.

Notas: <sup>1</sup> Os valores de 2022 e 2023 utilizam como denominador a população do mais recente Censo Demográfico, não sendo recomendada a comparação com os anos anteriores (2011 a 2021), que consideram as estimativas populacionais.

<sup>2</sup> Os municípios que alcançaram 100% tanto no ano inicial quanto no ano final estão incluídos no grupo com avanço por já terem alcançado a universalização. <sup>3</sup> Média ponderada dos 100 maiores municípios.

### Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2023



### Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p.) entre 2010 e 2023





# Ideb Ensino Fundamental I | Rede pública

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que avalia a qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no Brasil. Criado em 2007, combina dois fatores: o fluxo escolar, que mede a aprovação dos alunos; e as médias no desempenho em Língua Portuguesa e Matemática nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Esse índice, que varia de 0 a 10, oferece uma visão integrada do desempenho educacional ao considerar tanto a continuidade dos alunos na escola quanto a qualidade de seu aprendizado.

Na média dos 100 maiores municípios brasileiros, o Ideb do Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) na rede pública vinha apresentando uma tendência contínua de crescimento até 2019. Com a pandemia, houve queda no índice em 2021, que voltou a crescer em 2023, mas ainda registrou patamar abaixo de 2019. Em 2023, os 100 maiores municípios registraram uma média de 5,8, ligeiramente superior, portanto, à média nacional, que foi de 5,7.

Em relação à evolução, 97% dos maiores municípios conseguiram aumentar seus índices no Ideb entre 2011 e 2023. Juiz de Fora (MG), Campo Grande (MS) e Florianópolis (SC) registraram quedas no Ideb do EF I da rede pública.

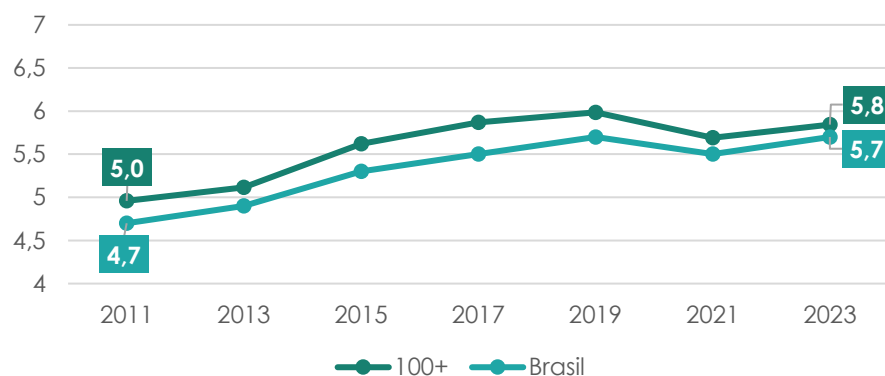
Em 2023, Feira de Santana (BA) apresentou o pior desempenho, com uma nota de 4,4, enquanto Foz do Iguaçu (PR) sobressaiu com a melhor colocação, atingindo 7,4. Vale destacar que 44 municípios alcançaram pelo menos nota 6 nos anos iniciais do EF na rede pública.

No que se refere aos maiores avanços e retrocessos entre 2011 e 2023, Vitória da Conquista (BA) foi o município que registrou o maior avanço, com um aumento de 2,1 pontos no Ideb, refletindo melhorias expressivas na rede pública. Por outro lado, Juiz de Fora (MG) e Campo Grande (MS) apresentaram maior retrocesso, com uma queda de 0,3 ponto, apontando a necessidade de atenção contínua para manter e melhorar os padrões educacionais.

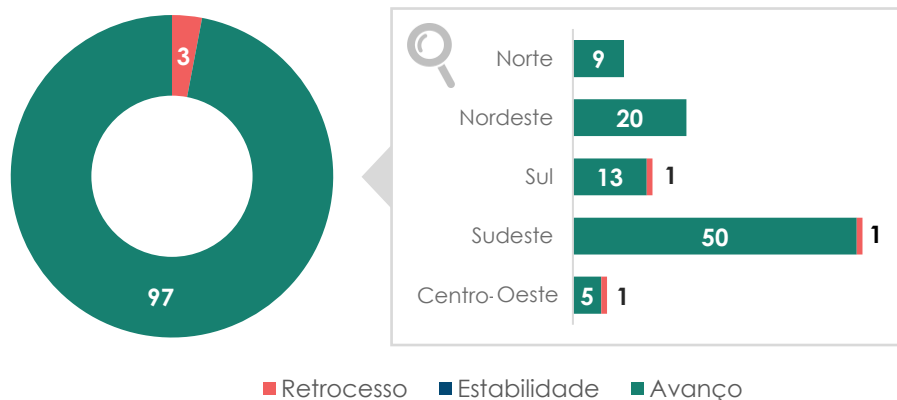


<sup>1</sup> Vale ressaltar que é aconselhável evitar comparações com o índice de 2021. Por conta da pandemia de covid-19, muitos estados e municípios adotaram aprovação automática.

## Evolução do Ideb Ensino Fundamental I – Rede pública nos 100+ e Brasil<sup>1</sup> (pontos)



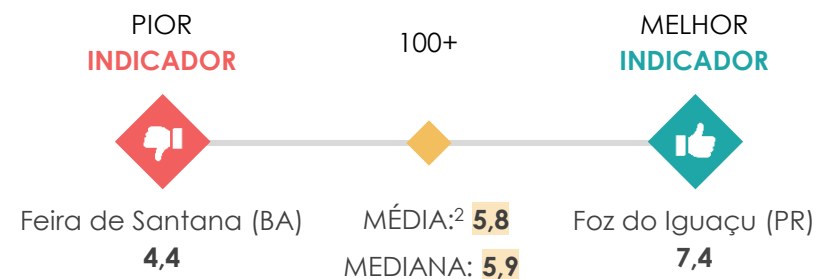
## Número de municípios conforme a variação do Ideb Ensino Fundamental I – Rede pública entre 2011 e 2023



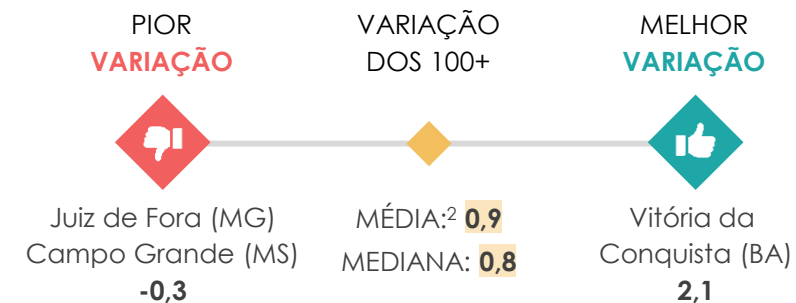
Fonte: Macroplan, a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Notas: <sup>1</sup> Tendo em vista a pandemia, o Ideb de 2021 não é diretamente comparável com os valores de outros anos. <sup>2</sup> Média dos 100 maiores municípios ponderada pelo número de matrículas da rede pública.

## Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2023



## Municípios com melhor e pior variações no indicador (em pontos) entre 2011 e 2023





# Ideb Ensino Fundamental II | Rede pública

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o Ensino Fundamental II cobre os anos finais, ou seja, do 6º ao 9º ano dessa etapa de ensino. Esse período é crucial para consolidar o aprendizado dos alunos e prepará-los para os desafios do Ensino Médio.

Nos 100 maiores municípios brasileiros, o Ideb do Ensino Fundamental II na rede pública tem demonstrado uma tendência de crescimento ao longo da última década, refletindo os esforços para melhorar a qualidade da educação. Desde 2017, a nota do Ideb EF II nos 100 maiores municípios começou a se diferenciar da média nacional, passando a superá-la.

Em 2023, os 100 maiores municípios registraram uma média de 4,8, ligeiramente superior à média nacional de 4,7. Vale destacar que os dados de 2021 não são diretamente comparáveis devido à pandemia e à aprovação automática, que causaram um aumento artificial no Ideb da maioria das cidades.

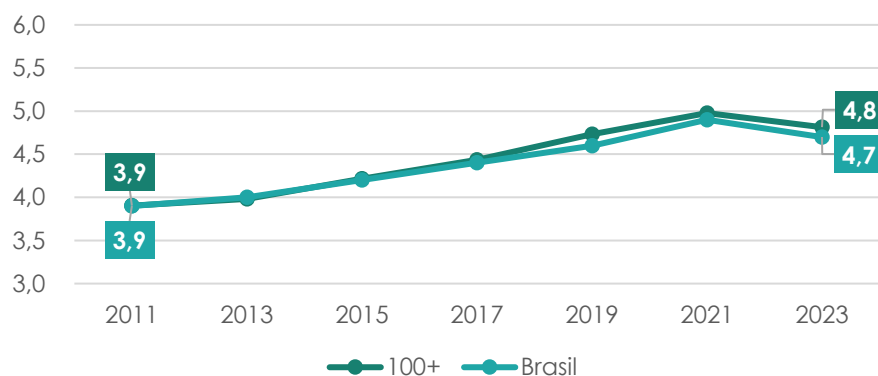
No que diz respeito à evolução dos índices, 99% dos maiores municípios conseguiram aumentar suas notas no Ideb. A exceção foi Florianópolis (SC), que registrou uma queda de 0,1 ponto.

Em 2023, Natal (RN) apresentou o pior desempenho, com uma nota de 3,4, enquanto Teresina (PI) e Joinville (SC) se destacaram com a melhor colocação, atingindo uma média de 5,7. Registre-se que apenas 12 municípios registraram nota igual ou superior a 5,5, meta estipulada para o país nessa etapa de ensino até 2021.

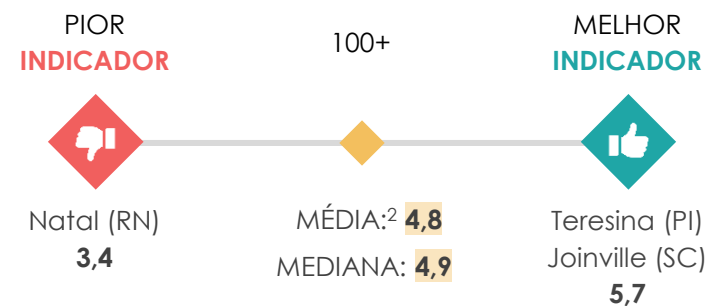
Entre os maiores avanços de 2011 a 2023, Maceió (AL) se destacou com o maior crescimento, aumentando seu Ideb em 1,9 ponto, o que reflete melhorias significativas na rede pública de ensino.



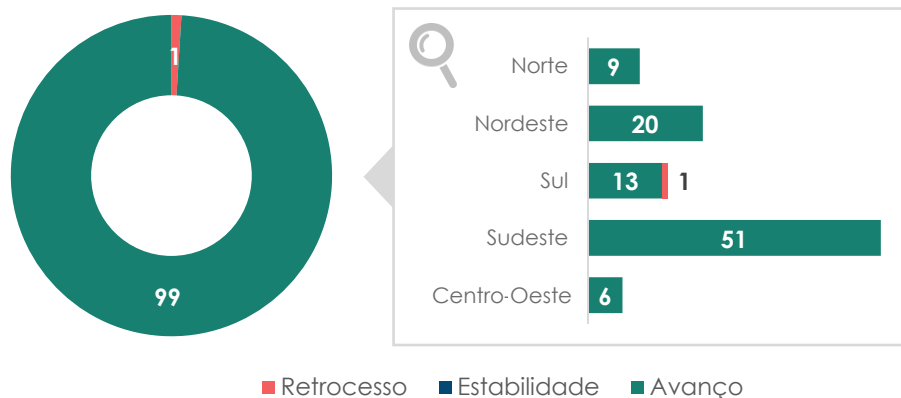
### Evolução do Ideb Ensino Fundamental II – Rede pública nos 100+ e Brasil<sup>1</sup> (pontos)



### Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2023



### Número de municípios conforme a variação do Ideb Ensino Fundamental II – Rede pública entre 2011 e 2023



### Municípios com melhor e pior variações no indicador (em pontos) entre 2011 e 2023



Fonte: Macroplan, a partir de dados do Inep.

Notas: <sup>1</sup>Tendo em vista a pandemia, o Ideb de 2021 não é diretamente comparável com os valores de outros anos. <sup>2</sup>Média dos 100 maiores municípios ponderada pelo número de matrículas da rede pública.



## SAÚDE

O acesso à saúde é um direito universal e um dever do poder público. Na divisão de competências federativas, é responsabilidade do município garantir as ações de atenção básica e prestar serviços de saúde em sua localidade com cooperação técnica e financeira dos estados e da União. Os indicadores contemplados no IDGM Saúde são:



**Taxa de mortalidade  
prematura por DCNT**



**Cobertura da equipe  
de atenção básica**



**Taxa de mortalidade  
infantil**



**Proporção de nascidos  
vivos com sete ou mais  
consultas pré-natal**

# Destques no IDGM Saúde

Os melhores municípios em Saúde, de acordo com o IDGM 2024, estão principalmente na Região Sul. Maringá (PR) lidera o ranking, com um índice de 0,692. Em seguida, vêm: Joinville (SC), com 0,665; São José dos Pinhais (PR), com 0,654; e Uberlândia (MG), com 0,652. Cascavel (PR) ocupa a quinta posição, com um índice de 0,647.

Os maiores avanços na área da Saúde, em termos de posição no ranking, concentram-se na Região Sudeste (quatro dos cinco primeiros colocados). O município de Santos (SP) se destaca, com um salto significativo de 45 colocações. Em seguida, vêm Porto Velho (RO), com um avanço de 41 posições, seguido por São Bernardo do Campo (SP), que subiu 38 posições. Taubaté (SP) e Pelotas (RS) também registraram grande progresso, com aumento de 34 posições.

As melhores capitais em Saúde estão concentradas, principalmente, na Região Sul. Florianópolis (SC) lidera o ranking, com um índice de 0,639. Em seguida, destacam-se: Curitiba (PR), com 0,619; Belo Horizonte (MG), com 0,610; e Palmas (TO), com 0,591. Porto Alegre (RS) ocupa a quinta posição, com um índice de 0,578.

Os maiores avanços das capitais na área da Saúde, em termos de posição no ranking, estão distribuídos pelas regiões Norte, Sul, Sudeste e Nordeste. Porto Velho (RO) se destaca com o maior salto, tendo galgado 41 colocações. Porto Alegre (RS) registrou avanço de 30 posições e Rio de Janeiro (RJ) subiu 24 colocações. No Norte, Rio Branco (AC) avançou 16 posições, enquanto, no Nordeste, Recife (PE) subiu 12.

## Cinco primeiros colocados no ranking de Saúde

#	Município	UF	Índice Saúde
1°	Maringá	PR	0,692
2°	Joinville	SC	0,665
3°	São José dos Pinhais	PR	0,654
4°	Uberlândia	MG	0,652
5°	Cascavel	PR	0,647

## Cinco maiores variações positivas no ranking de Saúde

#	Município	UF	Δ 2010-2022
1°	Santos	SP	45
2°	Porto Velho	RO	41
3°	São Bernardo do Campo	SP	38
4°	Taubaté	SP	34
4°	Pelotas	RS	34

## Cinco primeiras capitais no ranking de Saúde

#	Município	UF	Índice Saúde
1°	Florianópolis	SC	0,639
2°	Curitiba	PR	0,619
3°	Belo Horizonte	MG	0,610
4°	Palmas	TO	0,591
5°	Porto Alegre	RS	0,578

## Cinco maiores variações positivas das capitais no ranking de Saúde

#	Município	UF	Δ 2010-2022
1°	Porto Velho	RO	41
2°	Porto Alegre	RS	30
3°	Rio de Janeiro	RJ	24
4°	Rio Branco	AC	16
5°	Recife	PE	12



# Mortalidade prematura por DCNT

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

A taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) é um indicador crucial para avaliar as condições de saúde de um município. Esse índice mede a parcela de óbitos da população entre 30 e 69 anos por diabetes, doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças respiratórias, refletindo tanto a prevenção e o tratamento adequado de doenças crônicas quanto os impactos de fatores sociais e ambientais na saúde da população. Os municípios têm o potencial de influenciar na diminuição da mortalidade prematura por DCNT por meio de políticas públicas na área da saúde e investimentos em áreas verdes, em ciclovias e em controle de fatores de risco, como tabagismo e sedentarismo.

Nos 100 maiores municípios, a taxa média de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por DCNT é superior à média nacional ao longo de toda a série, iniciada em 2010. Em 2022, a taxa foi de 317,9 óbitos prematuros por DCNT a cada 100 mil habitantes de 30 a 69 anos, resultado superior ao apresentado pelo Brasil (312,5).

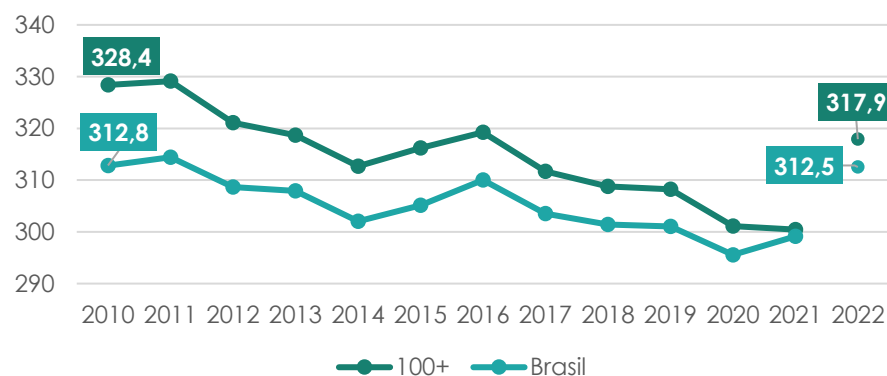
Comparando 2010 e 2022, a queda do indicador foi verificada em 63 dos 100 maiores municípios. Por outro lado, 37 municípios entre os 100 maiores registraram retrocessos. Observou-se piora na taxa em municípios de todas as regiões, exceto no Centro-Oeste, onde todos os municípios revelaram avanços.

Em termos de desempenho em 2022, Palmas (TO) lidera com a menor taxa: 220,3 óbitos prematuros por 100 mil habitantes de 30 a 69 anos. Em contraste, São Vicente (SP) é o município com a maior taxa: 469,9.

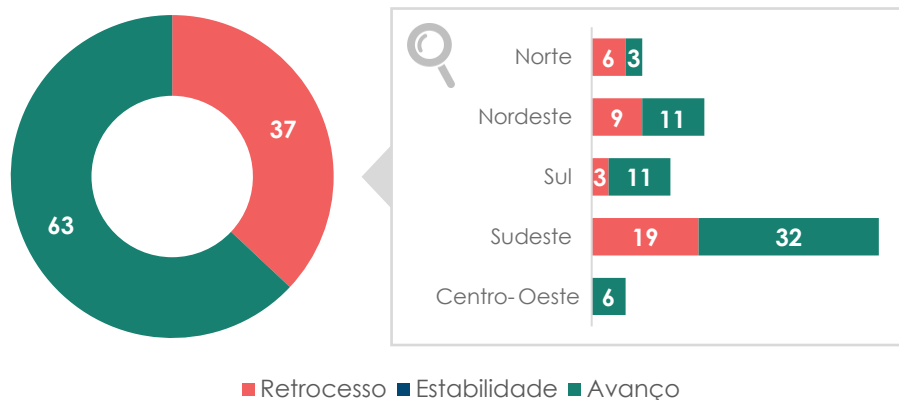
Em relação aos maiores avanços e retrocessos entre 2010 e 2022, Barueri (SP) assinalou o maior avanço entre 2010 e 2022, com uma queda de 21,5%. Já em termos de retrocesso, Macapá (AP) lidera, com aumento de 91,9%.



### Evolução da taxa de mortalidade prematura por DCNT nos 100+ e Brasil (por 100 mil habitantes de 30 a 69 anos)



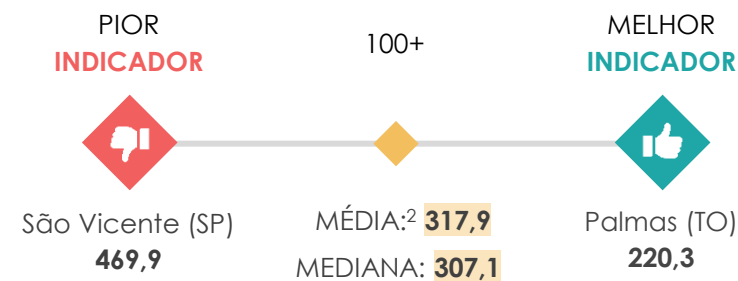
### Número de municípios conforme a variação da mortalidade prematura (30 a 69 anos) por DCNT entre 2010 e 2022<sup>1</sup>



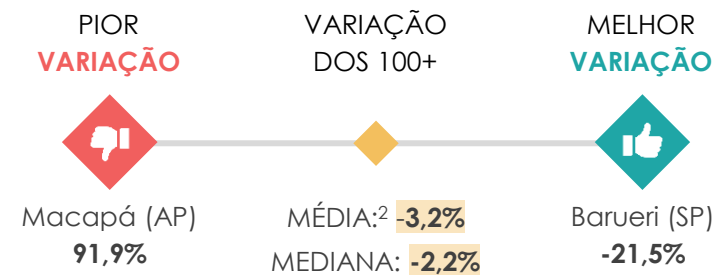
Fonte: Macroplan, a partir de dados do DataSUS.

Nota: <sup>1</sup> O valor de 2022 utiliza como denominador a população do Censo Demográfico de 2022, não sendo recomendada a comparação com os anos anteriores (2011 a 2021), que consideram as estimativas populacionais. <sup>2</sup> A média representa o cálculo do indicador considerando os 100 maiores municípios como uma única agregação.

### Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



### Municípios com melhor e pior variações no indicador (em %) entre 2010 e 2022





# Cobertura da atenção básica<sup>1</sup>

A atenção básica é a “porta de entrada” dos usuários no sistema de saúde, compondo a primeira camada dos serviços médicos. O indicador de cobertura da atenção básica é uma métrica utilizada para avaliar a proporção da população que tem acesso aos serviços de atenção básica em saúde. É fundamental para medir o atendimento nos municípios, tendo em vista garantir que todos os cidadãos sejam cobertos pelos cuidados essenciais, incluindo prevenção de doenças.

Nos 100 maiores, a média de cobertura da atenção básica tem sido inferior à média do país ao longo de toda a série. Em 2023, tal comportamento se manteve: os 100 maiores possuíam 73,3% de cobertura, enquanto o Brasil contava com 84,7%.

Comparando 2010 e 2023, o progresso do indicador refletiu o avanço de 90 entre os 100 maiores municípios. Os retrocessos ocorreram em dez cidades e, assim como os avanços, distribuíram-se por todas as regiões.

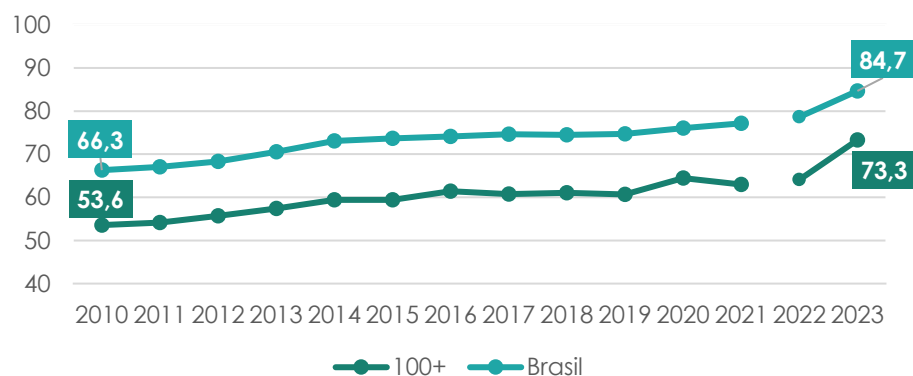
Em 2023, a cidade de Itaquaquecetuba (SP) apresentou a pior cobertura populacional em atenção básica: apenas 23% da população. No outro extremo, 16 municípios alcançaram cobertura completa para a população: Boa Vista (RR); Ananindeua (PA); Macapá (AP); Teresina (PI); Juazeiro do Norte (CE); Campina Grande (PB); Belo Horizonte (MG); Montes Claros (MG); Vitória (ES); Praia Grande (SP); Cascavel (PR); Maringá (PR); São José dos Pinhais (PR); Blumenau (SC); Pelotas (RS); e Várzea Grande (MT).

Em relação aos avanços entre 2010 e 2023, o município de Cascavel (PR) cresceu 71,9 pontos percentuais, enquanto Goiânia (GO) apresentou a pior variação, com uma queda de 43,3 pontos percentuais.

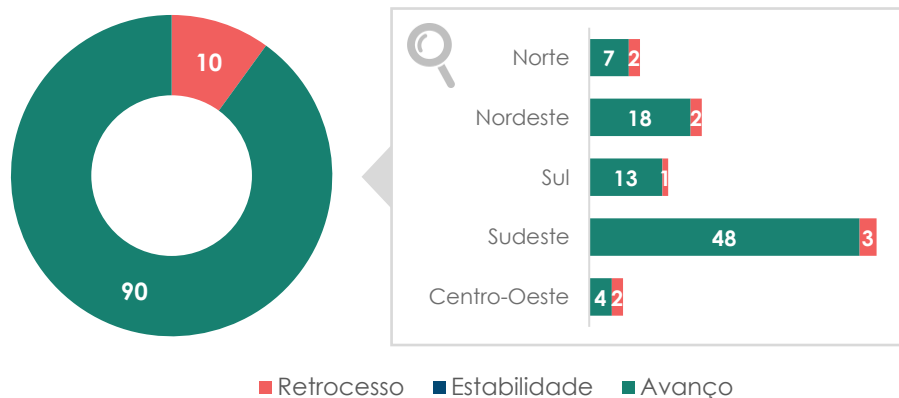
**Nota:** <sup>1</sup> O indicador usado refere-se ao percentual da população residente coberta por equipes da Estratégia Saúde da Família e por equipes de Atenção Básica equivalentes.



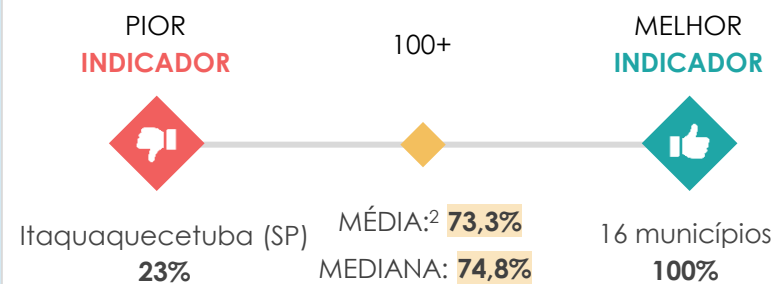
## Evolução da cobertura da atenção básica nos 100+ e Brasil<sup>1</sup> (%)



## Número de municípios conforme a variação da cobertura da atenção básica entre 2010 e 2023



## Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2023



## Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p.) entre 2010 e 2023



Fonte: Macroplan, a partir de dados do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps).

Notas: <sup>1</sup> Os valores de 2022 e 2023 utilizam como denominador a população do mais recente Censo Demográfico, não sendo recomendada a comparação com os anos anteriores (2011 a 2021), que consideram as estimativas populacionais. <sup>2</sup> A média representa o cálculo do indicador considerando os 100 maiores municípios como uma única agregação.



# Taxa de mortalidade infantil

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

A taxa de mortalidade infantil mede o número de óbitos de crianças menores de um ano por cada mil nascidos vivos em determinado período. Esse indicador reflete as condições básicas de desenvolvimento e a atenção à saúde materna e infantil, o acesso a pré-natal e a qualidade dos serviços de atenção ao recém-nascido.

Nos 100 maiores municípios, a taxa de mortalidade infantil tem se apresentado inferior à média do país ao longo de toda a série. Em 2022, os 100 maiores registraram 12,2 óbitos até um ano por mil nascidos vivos, enquanto a média brasileira ficou em 12,6. A taxa, que vinha apontando tendência de queda na primeira metade da década de 2010, manteve certa estabilidade entre 2015 e 2019, com flutuações no período da pandemia: queda em 2020 e posterior crescimento em 2021 e 2022. Com isso, a taxa dos 100+ em 2022 apresentou-se similar ao patamar verificado em 2014.

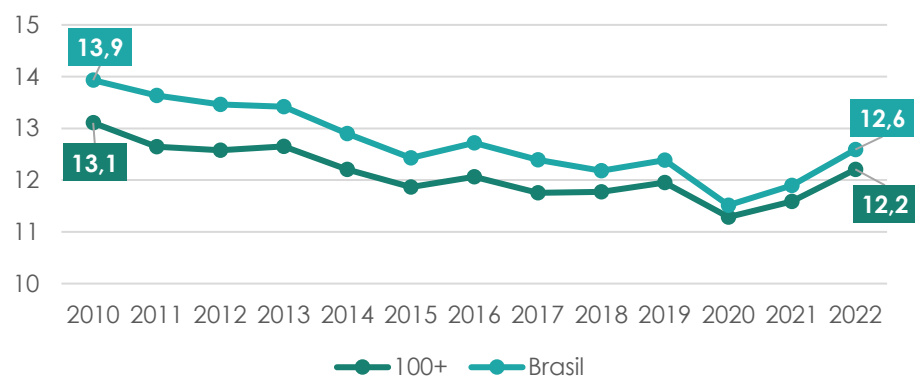
Comparando 2010 e 2022, observa-se que o progresso do indicador nos 100 maiores reflete o avanço de 65 municípios. Houve retrocessos em um terço das cidades (33) e dois municípios não apresentaram variação no indicador. Regionalmente, os retrocessos foram distribuídos por todas as regiões, assim como os avanços.

Em 2022, Maringá (PR) exibiu a melhor taxa de mortalidade infantil, com 6,4 óbitos de crianças menores de um ano a cada mil nascidos vivos. No outro extremo, Campos dos Goytacazes (RJ) ficou com a pior taxa: foram 19 mortes infantis por mil nascimentos com vida. Em 2022, somente 18 municípios entre os 100 maiores do país alcançaram índices abaixo de 10 por mil nascidos vivos.

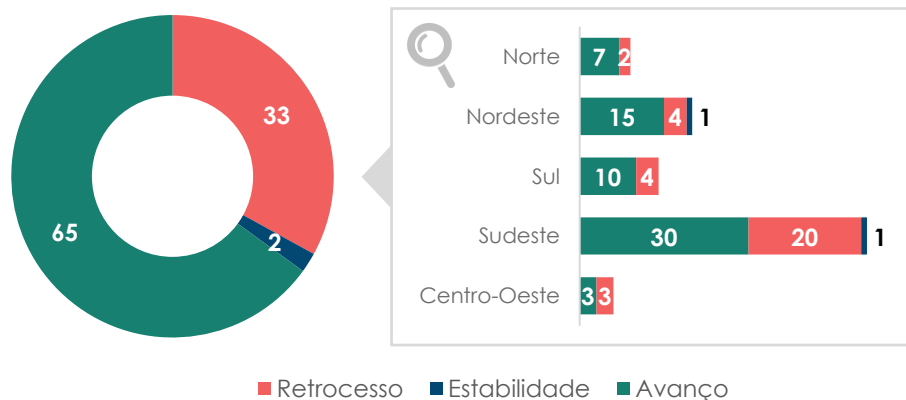
Em relação aos avanços entre 2010 e 2022, Santos (SP) registrou uma queda de 42%, a mais expressiva entre os 100 maiores. Já Carapicuíba (SP) assinalou a pior variação: a taxa aumentou em 79,4%.



### Evolução da taxa de mortalidade infantil nos 100+ e Brasil (por mil nascidos vivos)



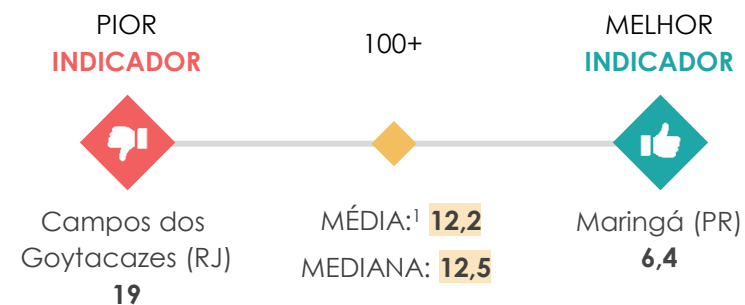
### Número de municípios conforme a variação da taxa de mortalidade infantil entre 2010 e 2022



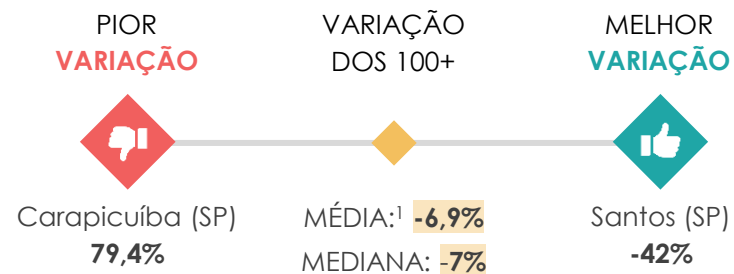
Fonte: Macroplan, a partir de dados do DataSUS.

Nota: <sup>1</sup> A média representa o cálculo do indicador considerando os 100 maiores municípios como uma única agregação.

### Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



### Municípios com melhor e pior variações no indicador (em %) entre 2010 e 2022





## Proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado

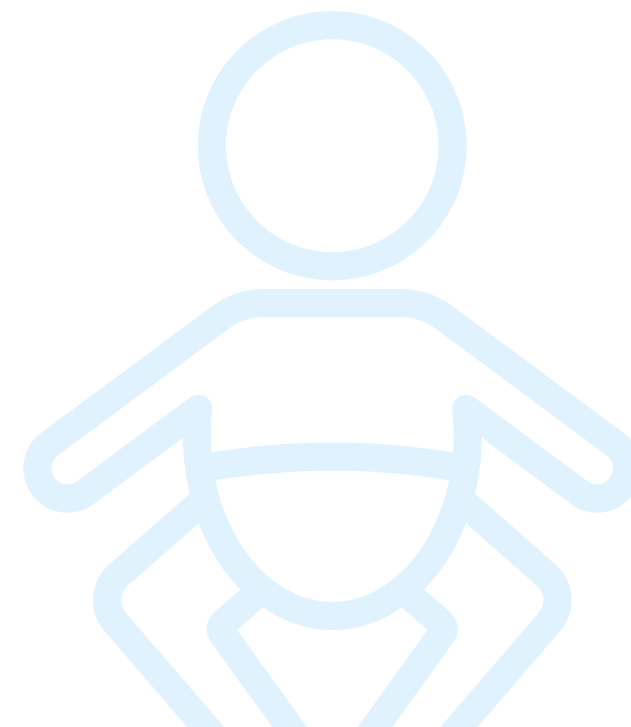
Um dos fatores determinantes para a redução da mortalidade infantil é a assistência pré-natal. A proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado é um indicador que mede a porcentagem de mães de nascidos vivos que receberam pelo menos sete consultas de acompanhamento ao longo da gravidez. Monitorar essa proporção ajuda a identificar lacunas no atendimento e a promover estratégias para assegurar que todas as gestantes contem com o acompanhamento médico necessário.

Nos 100 maiores municípios, a média da proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado esteve acima da média nacional na maior parte da série histórica. Entre 2019 e 2021, não houve diferença significativa entre as taxas. Em 2022, a proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado nos 100 maiores (73,6%) foi ligeiramente inferior à média nacional (74,8%).

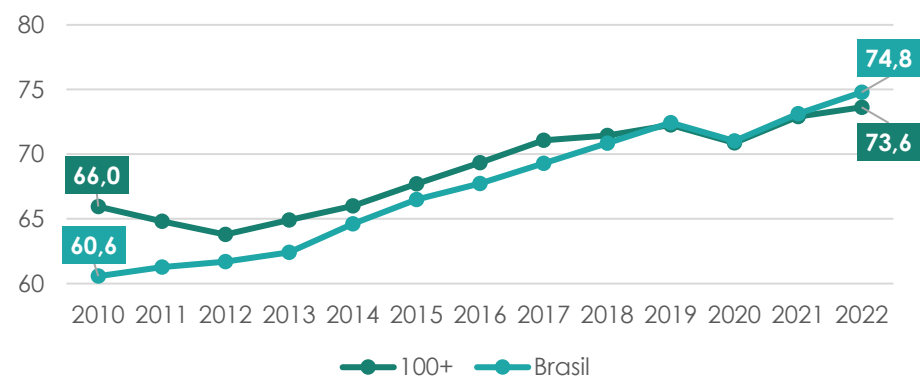
Comparando 2010 e 2022, 80 dos 100 maiores municípios avançaram no indicador, enquanto 20 retrocederam. Apenas no Nordeste houve avanço na proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado em todas as cidades.

Em 2022, Uberlândia (MG) apresentou a melhor proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado, com um índice de 93,5%. Por outro lado, Ananindeua (PA) obteve o pior resultado, com uma proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado de 47,1%.

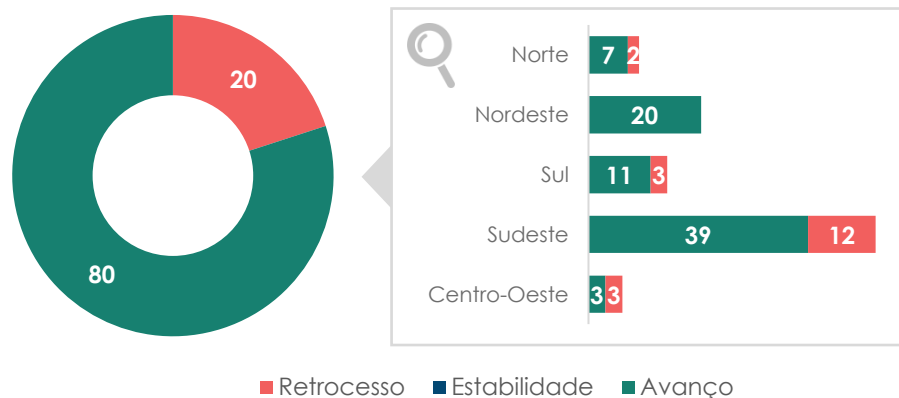
Em relação aos avanços entre 2010 e 2022, Caucaia (CE) apresentou um aumento de 32,1 pontos percentuais, sendo o maior avanço entre os 100 maiores municípios. Em contraste, Aparecida de Goiânia (GO) ficou com a pior variação, após uma queda de 13,2 pontos percentuais no indicador.



### Evolução da proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado nos 100+ e Brasil (%)



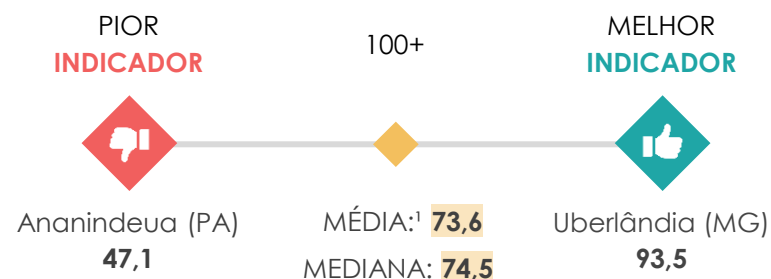
### Número de municípios conforme a variação da proporção de nascidos vivos com pré-natal adequado entre 2010 e 2022



Fonte: Macroplan, a partir de dados do DataSUS.

Nota: <sup>1</sup> A média representa o cálculo do indicador considerando os 100 maiores municípios como uma única agregação.

### Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



### Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p.) entre 2010 e 2022





## SEGURANÇA

A promoção da segurança pública nos municípios é compartilhada pelos três níveis da Federação e não se limita à atuação policial. Os municípios têm um papel fundamental na agenda de prevenção da violência, de assistência e inclusão social, de planejamento e ordenamento urbano e de revitalização dos espaços públicos. Os indicadores contemplados no IDGM Segurança são:



Taxa de homicídios



Taxa de óbitos em  
acidentes de trânsito

# Destques no IDGM Segurança

Os melhores municípios em Segurança, de acordo com o IDGM 2024, estão concentrados, principalmente, no estado de São Paulo, com a capital liderando o ranking (0,957). Em seguida, vêm: Santo André (SP), com 0,945; Mauá (SP), com 0,928; e Suzano (SP), com 0,919. Uberaba (MG) completa o grupo dos cinco melhores, com um índice de 0,909.

Os maiores avanços na área da Segurança, em termos de posição no ranking, estão distribuídos pelas regiões Sudeste (três municípios) e Nordeste (dois). Ribeirão das Neves (MG) se destaca com o maior salto, tendo subido 50 colocações, seguido por Diadema (SP), com um avanço de 40 posições. No Nordeste, João Pessoa (PB) avançou 37 posições, enquanto Campina Grande (PB), 36. Uberlândia (MG) completa a lista dos maiores avanços, tendo galgado 32 posições.

As melhores capitais em Segurança, de acordo com o IDGM 2024, estão distribuídas, principalmente, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. São Paulo (SP) lidera o ranking, com um índice de 0,957. Em seguida, Florianópolis (SC) aparece com um índice de 0,884. Belo Horizonte (MG) ocupa a terceira posição com 0,851, enquanto Rio de Janeiro (RJ) vem na quarta, com 0,820. Fechando o grupo, Cuiabá (MT) registra um índice de 0,798.

Os maiores avanços das capitais na área da Segurança, em termos de posição no ranking, estão distribuídos pelas regiões Nordeste (um município), Centro-Oeste (dois), Norte (um) e Sul (um). João Pessoa (PB) promoveu o maior salto, subindo 37 colocações. Cuiabá (MT) avançou 30 posições no ranking; Belém (PA), 25; Florianópolis (SC), 20; e Goiânia (GO) completa a lista, com um avanço de 17 posições.

## Cinco primeiros colocados no ranking de Segurança

#	Município	UF	Índice Segurança
1°	São Paulo	SP	0,957
2°	Santo André	SP	0,945
3°	Mauá	SP	0,928
4°	Suzano	SP	0,919
5°	Uberaba	MG	0,909

## Cinco maiores variações positivas no ranking de Segurança

#	Município	UF	Δ 2010-2022
1°	Ribeirão das Neves	MG	50
2°	Diadema	SP	40
3°	João Pessoa	PB	37
4°	Campina Grande	PB	36
5°	Uberlândia	MG	32

## Cinco primeiras capitais no ranking de Segurança

#	Município	UF	Índice Segurança
1°	São Paulo	SP	0,957
2°	Florianópolis	SC	0,884
3°	Belo Horizonte	MG	0,851
4°	Rio de Janeiro	RJ	0,820
5°	Cuiabá	MT	0,798

## Cinco maiores variações positivas das capitais no ranking de Segurança

#	Município	UF	Δ 2010-2022
1°	João Pessoa	PB	37
2°	Cuiabá	MT	30
3°	Belém	PA	25
4°	Florianópolis	SC	20
5°	Goiânia	GO	17



# Taxa de homicídios

A taxa de homicídios é um indicador crítico para avaliar a segurança pública e a qualidade de vida em uma cidade. O índice mede o número de homicídios por 100 mil habitantes, oferecendo uma visão clara da situação de violência e de criminalidade. Os municípios desempenham um papel vital na redução dessa taxa, implementando políticas públicas que fortaleçam as forças de segurança, promovam programas de prevenção à violência e melhorem a infraestrutura urbana.

Entre 2010 e 2017, a taxa de homicídios nos 100 maiores municípios esteve acima da média nacional. Entre 2017 e 2019, houve uma queda acentuada na taxa do Brasil e na taxa média dos 100+, que ficou menor que a média nacional a partir de 2019. Em 2022, a taxa de homicídios no Brasil foi de 22,9 por 100 mil habitantes, enquanto na média dos 100 maiores municípios a taxa foi de 20,8.

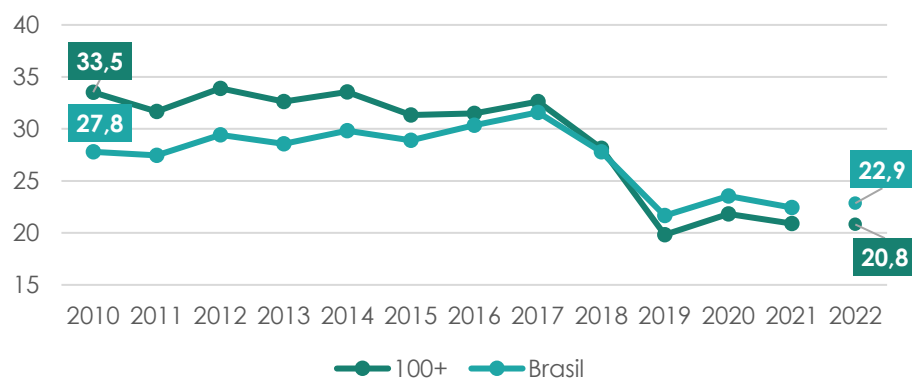
Comparando a evolução dos 100 maiores municípios entre 2010 e 2022, observa-se que 83 reduziram suas taxas de homicídios, enquanto 17 registraram aumento. O Centro-Oeste foi a única região em que todos os municípios diminuíram suas taxas. As demais regiões do país tiveram cidades com avanços e retrocessos.

A cidade de São Paulo (SP) liderou em termos de redução de homicídios entre 2010 e 2022, alcançando uma taxa de 3 por 100 mil habitantes, o menor índice entre os 100+ em 2022.

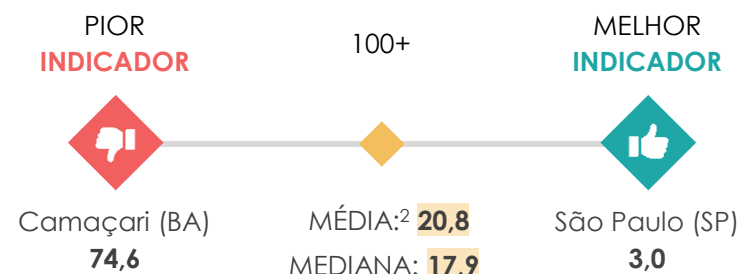
O pior índice do grupo dos 100+ foi observado em Camaçari (BA), com uma taxa de 74,6 em 2022. Santarém (PA) exibiu o maior aumento entre 2010 e 2022, com uma elevação de 388,2%



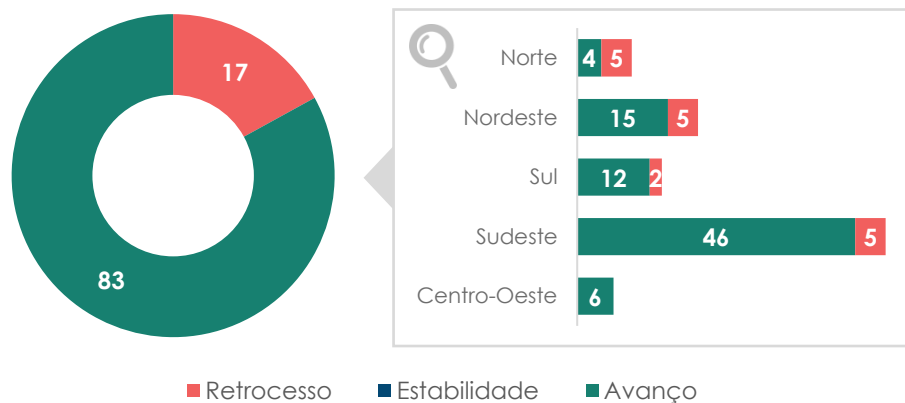
### Evolução da taxa de homicídios nos 100+ e Brasil<sup>1</sup> (por 100 mil habitantes)



### Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



### Número de municípios conforme a variação da taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) entre 2010 e 2022



### Municípios com melhor e pior variações no indicador (em %) entre 2010 e 2022



Fonte: Macroplan, a partir de dados do DataSUS.

Notas: <sup>1</sup> O valor de 2022 utiliza como denominador a população do mais recente Censo Demográfico, não sendo recomendada a comparação com os anos anteriores (2011 a 2021), que consideram as estimativas populacionais. <sup>2</sup> A média representa o cálculo do indicador considerando os 100 maiores municípios como uma única agregação.



# Taxa de óbitos em acidentes de trânsito

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

A taxa de óbitos em acidentes de trânsito, medida por 100 mil habitantes, é um indicador crucial para avaliar a segurança nas vias e a eficácia das políticas de trânsito em uma região. Os municípios desempenham um papel importante na redução dessa taxa, ao implementar políticas de trânsito que permitam maior segurança nas vias, com o desenvolvimento de infraestrutura adequada, e que promovam tanto campanhas de conscientização quanto aplicação rigorosa das leis de trânsito.

Nos 100 maiores municípios, a taxa de óbitos em acidentes de trânsito teve queda mais acentuada que o Brasil entre 2010 e 2022. Em 2022, os 100 maiores registraram uma taxa de 11 óbitos por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional foi de 17,2.

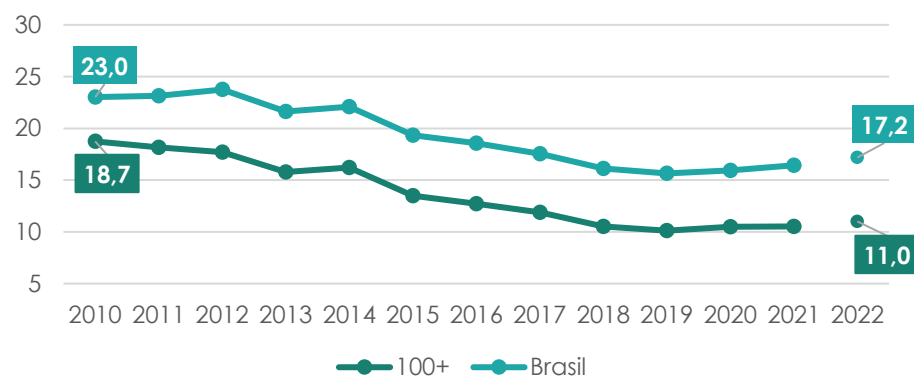
Comparando 2010 e 2022, observa-se que a redução da taxa de óbitos em acidentes de trânsito nos 100+ refletiu melhorias em 97% dos municípios que conseguiram diminuir suas taxas. Os três que tiveram aumento da taxa foram: Santarém (PA), Niterói (RJ) e Guarujá (SP).

Santo André (SP) e São Paulo (SP) apresentaram as menores taxas de óbitos em acidentes de trânsito, com um valor de 3,7. Por outro lado, Várzea Grande (MT) registrou a pior taxa, com 28 óbitos no trânsito a cada 100 mil habitantes.

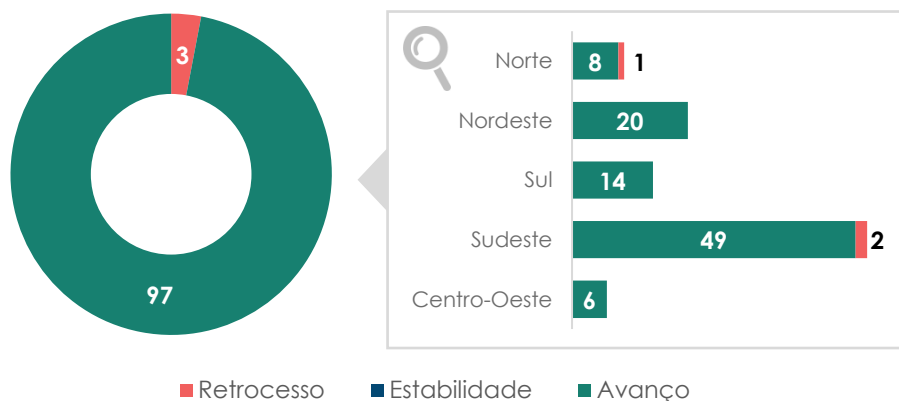
Em relação aos maiores avanços, São Paulo (SP) exibiu o maior progresso entre os anos dos Censos, com uma redução de 76,3% na taxa. Em Santarém (PA) verificou-se o maior aumento entre 2010 e 2022, com uma variação de 35,3%



## Evolução da taxa de óbitos em acidentes de trânsito nos 100+ e Brasil (por 100 mil habitantes)



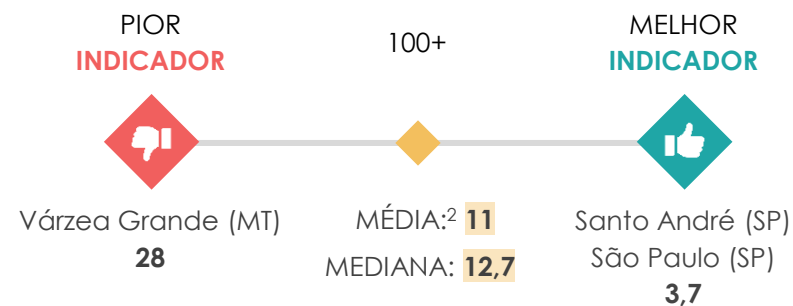
## Número de municípios conforme a variação da taxa de óbitos em acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes) entre 2010 e 2022



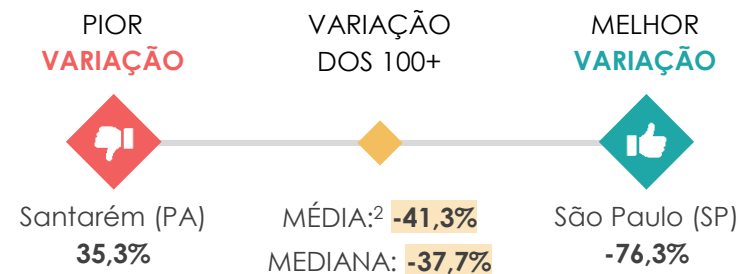
Fonte: Macroplan, a partir de dados do DataSUS.

Notas: <sup>1</sup> O valor de 2022 utiliza como denominador a população do mais recente Censo Demográfico, não sendo recomendada a comparação com os anos anteriores (2011 a 2021), que consideram as estimativas populacionais. <sup>2</sup> A média representa o cálculo do indicador considerando os 100 maiores municípios como uma única agregação.

## Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



## Municípios com melhor e pior variações no indicador (em %) entre 2010 e 2022





## SANEAMENTO E SUSTENTABILIDADE

A gestão dos serviços de saneamento é de responsabilidade dos municípios, que podem executá-la diretamente ou sob o regime de concessão. Os indicadores contemplados no IDGM Saneamento e Sustentabilidade são:



Índice de atendimento de água (% da população)



Índice de atendimento de esgoto (% da população atendida com água)



Índice de esgoto tratado (% do volume de água consumida)



Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares (% da população)



Índice de perdas na distribuição de água (% do volume de água consumida)



# Destques no IDGM Saneamento e Sustentabilidade

Os melhores municípios em Saneamento e Sustentabilidade, de acordo com o IDGM 2024, estão concentrados, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para o Paraná. Maringá (PR) lidera o ranking, com um índice de 0,978. Em seguida, Curitiba (PR) aparece com um índice de 0,967; Niterói (RJ) ocupa a terceira posição, com 0,964; Cascavel (PR) vem logo atrás, com 0,963. Jundiaí (SP) completa a lista dos cinco melhores, com um índice de 0,962.

Os maiores avanços, em termos de posição no ranking, estão distribuídos pelas regiões Norte (um município), Centro-Oeste (um), Nordeste (um) e Sul (dois). Boa Vista (RR) se destaca com o maior salto: subiu 58 colocações. Aparecida de Goiânia (GO) avançou 51 posições, enquanto Petrolina (PE) registrou um avanço de 39 posições. Cascavel (PR) subiu 35 colocações, e São José dos Pinhais (PR) completa a lista, com um aumento de 30 posições.

As melhores capitais em Saneamento e Sustentabilidade, de acordo com o IDGM 2024, estão distribuídas nas cinco regiões do Brasil, com destaque para o Sul e o Centro-Oeste. Curitiba (PR) lidera o ranking, com um índice de 0,967. Goiânia (GO) aparece com um índice de 0,918; São Paulo (SP) ocupa a terceira posição, com 0,906; e Boa Vista (RR) vem logo atrás, com um índice de 0,904. Salvador (BA) completa o grupo dos cinco melhores, com uma taxa de 0,903.

As capitais com maiores avanços no ranking estão distribuídas pelas regiões Norte (dois municípios), Nordeste (dois) e Centro-Oeste (um). Boa Vista (RR) se destaca, já que galgou 58 colocações. Em seguida, vêm Palmas (TO), que avançou 21 posições; Aracaju (SE), que aumentou 16; e João Pessoa (PB), com 13 colocações. Cuiabá (MT) completa a lista, com um avanço de 11 posições no ranking.

## Cinco primeiros colocados no ranking de Saneamento e Sustentabilidade

#	Município	UF	Índice Saneamento
1°	Maringá	PR	0,978
2°	Curitiba	PR	0,967
3°	Niterói	RJ	0,964
4°	Cascavel	PR	0,963
5°	Jundiaí	SP	0,962

## Cinco maiores variações positivas no ranking de Saneamento e Sustentabilidade

#	Município	UF	Δ 2010-2022
1°	Boa Vista	RR	58
2°	Aparecida de Goiânia	GO	51
3°	Petrolina	PE	39
4°	Cascavel	PR	35
5°	São José dos Pinhais	PR	30

## Cinco primeiras capitais no ranking de Saneamento e Sustentabilidade

#	Município	UF	Índice Saneamento
1°	Curitiba	PR	0,967
2°	Goiânia	GO	0,918
3°	São Paulo	SP	0,906
4°	Boa Vista	RR	0,904
5°	Salvador	BA	0,903

## Cinco maiores variações positivas das capitais no ranking de Saneamento e Sustentabilidade

#	Município	UF	Δ 2010-2022
1°	Boa Vista	RR	58
2°	Palmas	TO	21
3°	Aracaju	SE	16
4°	João Pessoa	PB	13
5°	Cuiabá	MT	11



# Índice de atendimento de água

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

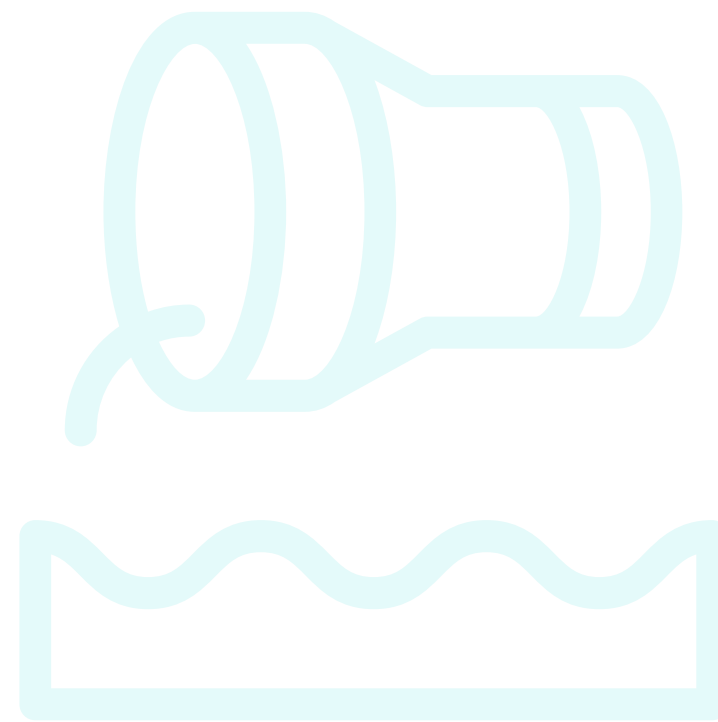
O índice de atendimento de água mede a porcentagem da população com cobertura da rede geral de abastecimento de água. Esse índice reflete a capacidade dos municípios de fornecer abastecimento de água de maneira segura e contínua para seus habitantes, o que é fundamental para as condições de saúde e bem-estar da população.

Na média dos 100 maiores municípios, o índice de atendimento de água foi superior à média nacional ao longo dos últimos anos. Em 2022, os 100 maiores registraram uma cobertura de 94,8% da população, enquanto a média nacional foi de 84,9%.

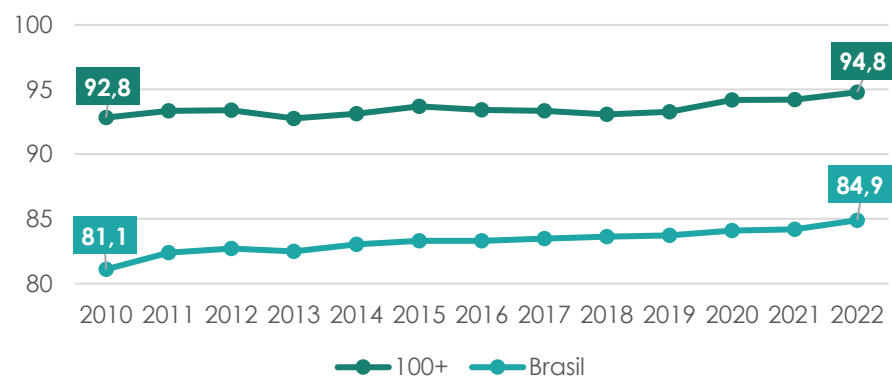
Comparando 2010 e 2022, o aumento do índice de atendimento de água nos 100 maiores municípios reflete avanços em 63 deles, que conseguiram ampliar o atendimento de água. Enquanto 35 municípios diminuíram a cobertura, dois permaneceram estáveis. Todas as regiões possuem cidades com avanços e retrocessos.

Em 2022, 31 municípios obtiveram universalização do atendimento de água. No outro extremo, a cidade de Porto Velho (RO) apresentou o pior resultado, com uma cobertura de apenas 41,8% da população.

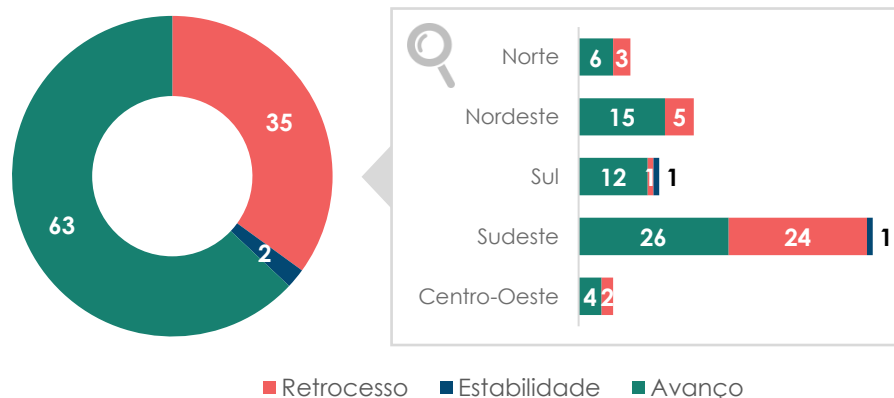
Em relação aos maiores avanços e retrocessos, Petrolina (PE) exibiu o maior avanço entre os anos censitários, com um aumento de 32,9 pontos percentuais no índice. Já Rio Branco (AC) apresentou a maior queda, com uma diminuição de 21,8 pontos percentuais.



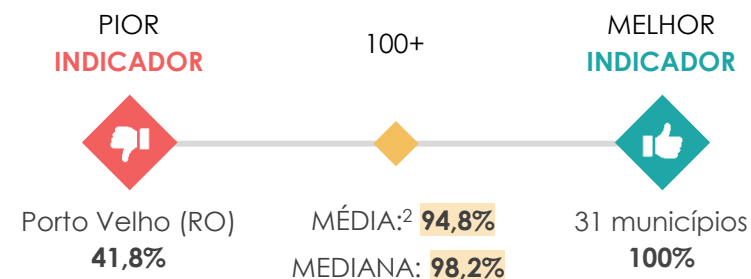
## Evolução do índice de atendimento de água nos 100+ e Brasil (% da população)



## Número de municípios conforme a variação do índice de atendimento de água (% da população) entre 2010 e 2022<sup>1</sup>



## Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



## Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p.) entre 2010 e 2022



Fonte: Macroplan, a partir de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis).

Notas: <sup>1</sup> Os municípios que alcançaram 100%, tanto no ano inicial quanto no ano final, estão incluídos no grupo com avanço por já terem atingido a universalização. <sup>2</sup> Média ponderada dos 100 maiores municípios.



# Índice de atendimento de esgoto

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

O índice de atendimento de esgoto mede a porcentagem da população atendida por serviços da rede coletora, em relação àqueles com atendimento de água. Um alto índice de atendimento de esgoto é fundamental para prevenir doenças, proteger os recursos hídricos e melhorar a qualidade de vida das populações urbanas e rurais. Os municípios desempenham um papel crucial no tema, investindo em infraestrutura de saneamento, expandindo a rede de coleta e tratamento de esgoto e implementando políticas públicas que promovam práticas sustentáveis de gestão de resíduos.

Nos 100 maiores municípios, o índice de atendimento de esgoto foi superior à média nacional ao longo de toda a série histórica. Em 2022, os 100 maiores registraram uma cobertura de 77,4%, enquanto a média nacional foi de 56%.

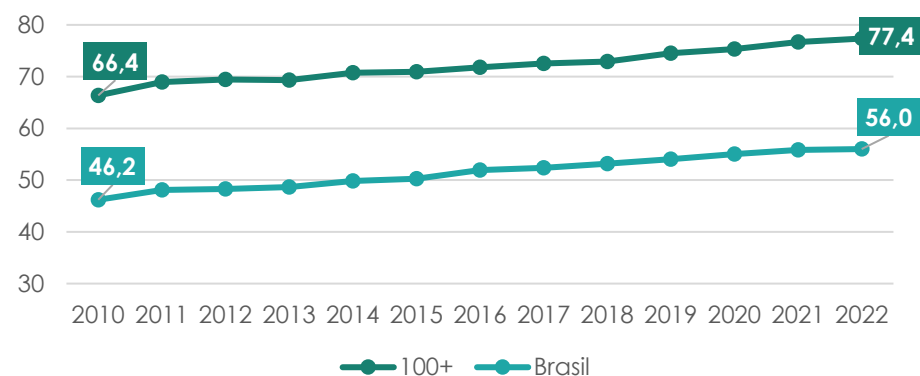
Comparando 2010 e 2022, o aumento de 11 p.p. no índice de atendimento de esgoto nos 100 maiores municípios refletiu avanços em 85% deles. Essa melhoria pôde ser observada em todas as regiões. No Sul e no Centro-Oeste, todos os municípios que estão entre os 100+ progrediram.

Em relação às melhores taxas em 2022, 41 municípios alcançaram o índice de 90%, meta do Marco Legal do Saneamento, sendo que dez obtiveram universalização. O pior desempenho foi observado em Santarém (PA), com uma cobertura de 3,8% em 2022.

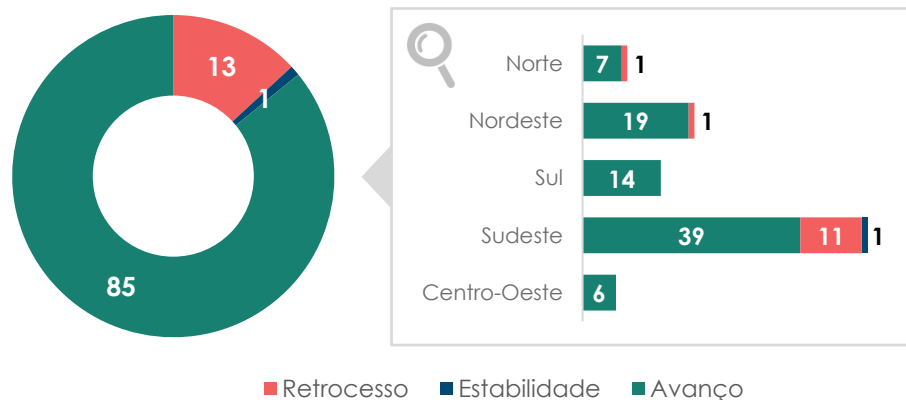
Quanto aos maiores avanços e retrocessos, Boa Vista (RR) apresentou o maior avanço entre os anos censitários, com um aumento de 74,1 pontos percentuais no índice. Em termos de retrocessos, Belford Roxo (RJ) assinalou a maior queda, com uma diminuição de 33,7 pontos percentuais.



## Evolução do índice de atendimento de esgoto nos 100+ e Brasil (% da população atendida com água)



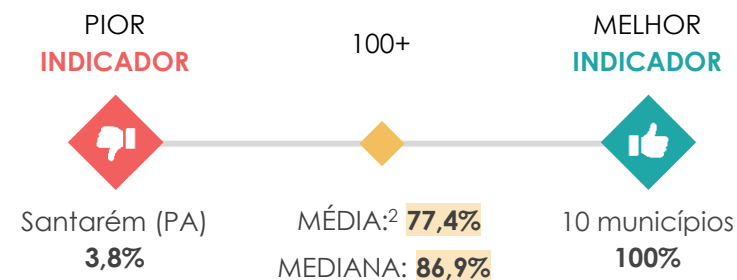
## Número de municípios conforme a variação do índice de atendimento de esgoto (% da população atendida com água) entre 2010 e 2022<sup>1</sup>



Fonte: Macroplan, a partir de dados do Snis.

Notas: <sup>1</sup> As visualizações não somam 100 por conta da ausência de dados de Ananindeua (PA). Além disso, os municípios que alcançaram 100%, tanto no ano inicial quanto no ano final, foram incluídos no grupo com avanço por já terem atingido a universalização. <sup>2</sup> Média ponderada dos 100 maiores municípios.

## Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



## Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p.) entre 2010 e 2022





# Índice de esgoto tratado

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

O índice de esgoto tratado, medido como a porcentagem do volume de água consumida, reflete a capacidade de tratar adequadamente o esgoto gerado nos municípios. A melhoria desse índice é fundamental para a sustentabilidade, a prevenção de doenças e a promoção da qualidade de vida.

Nos 100 maiores municípios, o índice de esgoto tratado apresentado em 2022 foi superior à média nacional ao longo da série histórica analisada. Os 100+ alcançaram uma média de 64,9%, enquanto a média nacional foi de 52,2%.

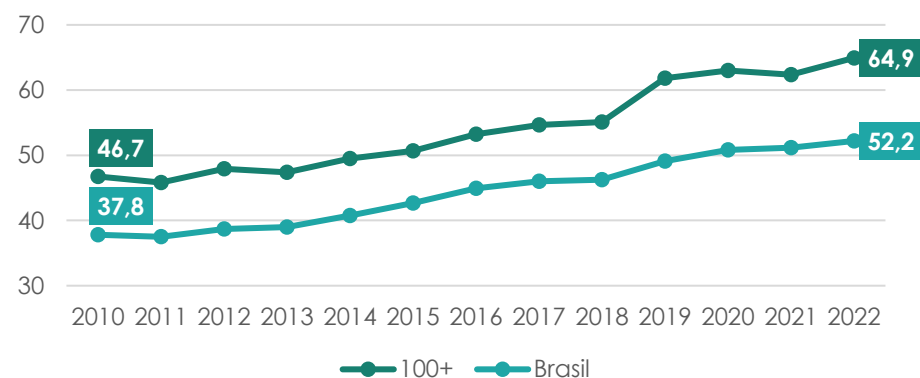
Comparando 2010 e 2022, o aumento de 18,2 p.p. no índice de esgoto tratado nos 100 maiores municípios foi superior ao incremento verificado na média nacional (14,4 p.p.). Os avanços foram observados em 88 dos 100 municípios, distribuídos em todas as regiões. Por outro lado, retrocessos foram assinalados em dez municípios, com o Nordeste enfrentando os maiores desafios. Apenas um município permaneceu inalterado.

Em relação às melhores taxas, seis municípios lideraram em termos de esgoto tratado, alcançando um índice de 100% em 2022. São eles: Uberaba (MG); Niterói (RJ); Petrópolis (RJ); Piracicaba (SP); Cascavel (PR); e Maringá (PR). Apenas 15 municípios superaram o patamar de 90% em 2022. O pior desempenho foi registrado em São João de Meriti (RJ), com um índice de 0%.

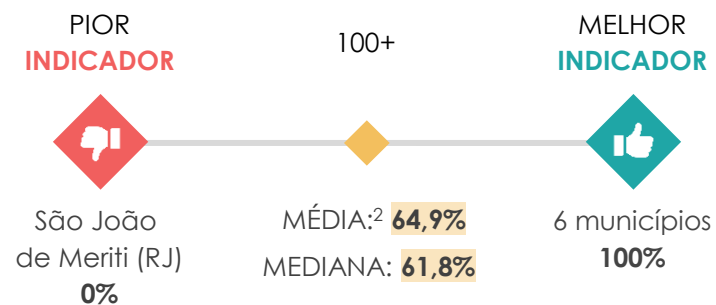
Quanto aos maiores avanços e retrocessos, Mauá (SP) apresentou o maior avanço entre os anos censitários, com um aumento de 83,9 pontos percentuais no índice. Já Caucaia (CE), assinalou a maior queda, com uma diminuição de 57,8 pontos percentuais.



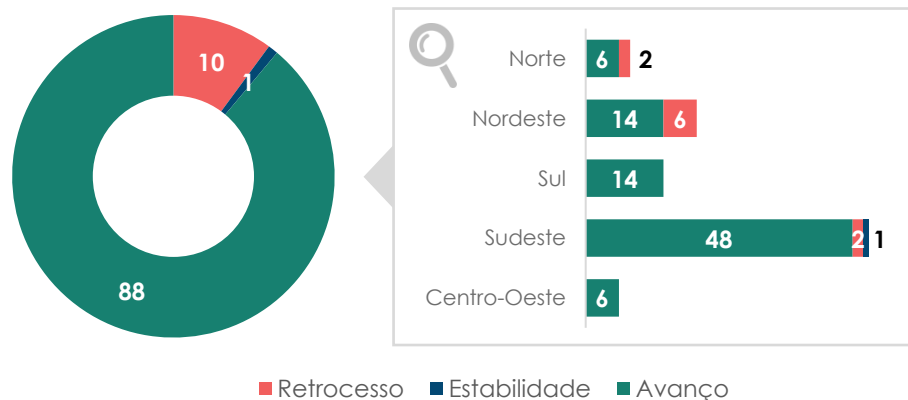
## Evolução do índice de esgoto tratado nos 100+ e Brasil (% do volume de água consumida)



## Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



## Número de municípios conforme a variação do índice de esgoto tratado (% do volume de água consumida) entre 2010 e 2022<sup>1</sup>



## Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p) entre 2010 e 2022



Fonte: Macroplan, a partir de dados do Snis.

Notas: <sup>1</sup> As visualizações não somam 100 por conta da ausência de dados de Ananindeua (PA). Além disso, os municípios que alcançaram 100%, tanto no ano inicial quanto no ano final, foram incluídos no grupo com avanço por já terem atingido a universalização. <sup>2</sup> Média ponderada dos 100 maiores municípios.



# Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

A taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares, expressa como a porcentagem da população atendida, é um indicador fundamental para avaliar a abrangência dos serviços de coleta de lixo em um município. Os serviços de coleta de resíduos são a base para uma gestão e destinação adequadas do lixo nos municípios, o que é essencial para a sustentabilidade e a qualidade de vida.

A coleta de lixo é o serviço mais próximo da universalização, alcançando 98,3% nos 100+ em 2022, taxa superior à média nacional, de 90,4%. Contudo, comparando os anos censitários de 2010 e 2022, nota-se que houve uma retração do índice na média brasileira (-4,7 p.p.) e certa estabilização no grupo dos 100+ (-0,6 p.p.)

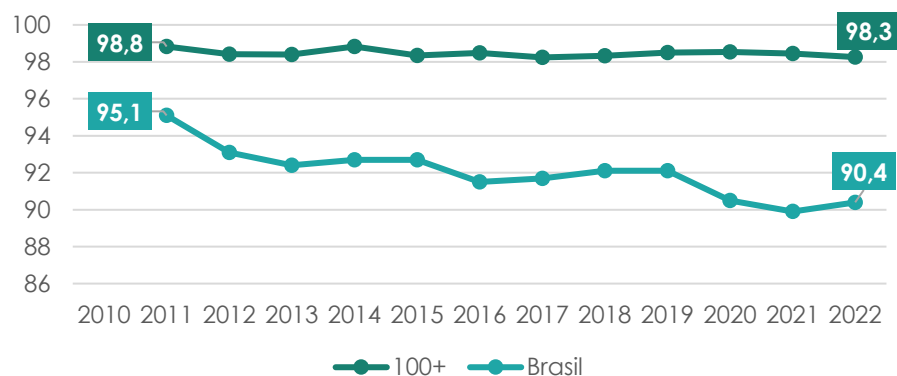
Analisando o grupo dos 100+, verifica-se que 61% dos municípios conseguiram expandir seus serviços de coleta de resíduos entre 2010 e 2022. Em todas as regiões, a maioria ampliou a cobertura, exceto no Centro-Oeste, que registra apenas uma cidade com avanço. Retrocessos foram observados em 34 municípios, enquanto uma única cidade não apresentou variação.

Em relação às melhores taxas, 48 municípios obtiveram cobertura universal de coleta de resíduos para a população. Por outro lado, Santarém (PA) apresentou a pior taxa, com uma cobertura de 86%.

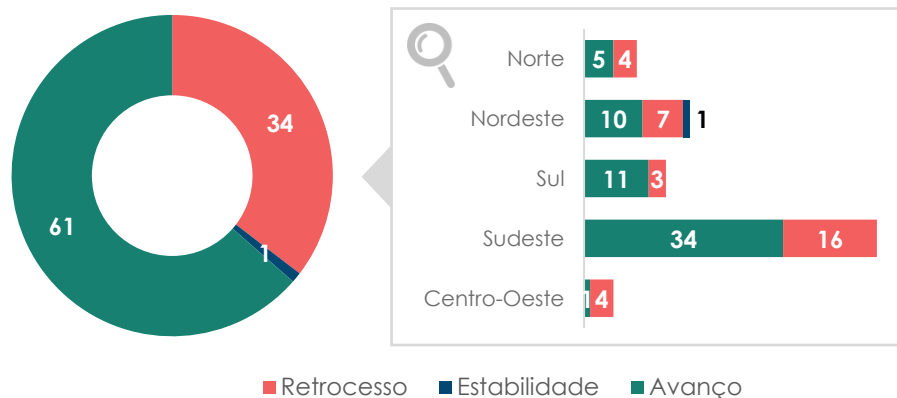
Em relação aos maiores avanços e retrocessos, Contagem (MG) mostrou o maior avanço entre 2010 e 2022, com um aumento de 99 pontos percentuais. Em termos de retrocesso, São João do Meriti (RJ) exibiu a maior queda, com uma diminuição de 10,7 pontos percentuais.



## Evolução da taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares nos 100+ e Brasil (% da população)



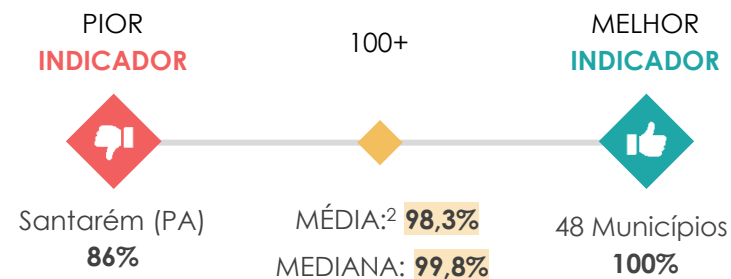
## Número de municípios conforme a variação da taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares (% da população) entre 2010 e 2022<sup>1</sup>



Fonte: Macroplan, a partir de dados do Snis.

Notas: <sup>1</sup> As visualizações não somam 100 por conta da ausência de dados dos seguintes municípios: Caruaru (PE), Petrolina (PE), Belford Roxo (RJ) e Várzea Grande (MT). Além disso, os que alcançaram 100%, tanto no ano inicial quanto no ano final, foram incluídos no grupo com avanço por já terem atingido a universalização. <sup>2</sup> Média ponderada dos 100 maiores municípios.

## Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



## Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p.) entre 2010 e 2022





# Índice de perdas na distribuição de água

**DGM•2024**  
DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

O índice de perdas na distribuição de água, expresso como a porcentagem do volume de água consumida, é um indicador crucial para avaliar a eficiência dos sistemas de abastecimento de água em uma região. Reduzir perdas de água na distribuição é essencial para garantir o uso sustentável dos recursos hídricos e a eficiência operacional dos serviços de abastecimento.

Na média dos 100 maiores municípios, o índice de perdas na distribuição de água foi superior à média nacional até 2017. Após esse período, os valores se mantiveram abaixo da média nacional. Em 2022, a taxa nacional foi de 37,8%; já a taxa dos 100 maiores foi de 35%.

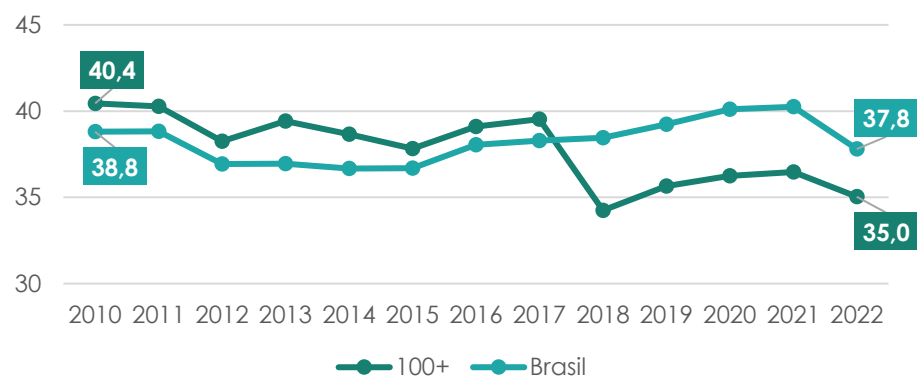
Comparando 2010 e 2022, a redução de 5,4 p.p. das perdas nos 100 maiores municípios refletiu melhorias em 63% deles, que conseguiram diminuir suas taxas. Essa redução foi observada em todas as regiões. Já em 37 municípios, distribuídos também por todas as regiões, observou-se aumento no índice de perdas.

A cidade de Nova Iguaçu (RJ) obteve o menor índice de perdas, alcançando 3,3% em 2022. O pior desempenho foi observado em Porto Velho (RO), com um índice de 77,3%. Em 2022, 56 municípios atingiram uma taxa menor ou igual à média nacional, de 37,8%.

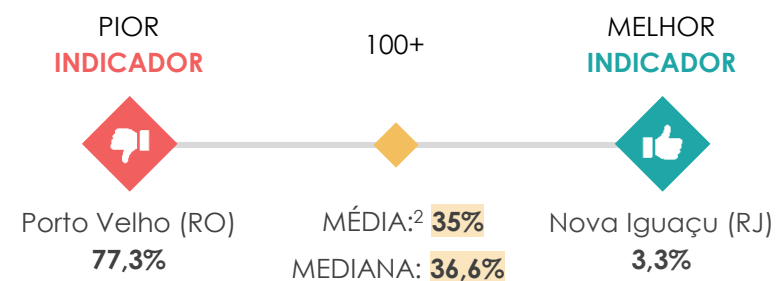
Em relação aos maiores avanços e retrocessos, Taboão da Serra (SP) apresentou o maior avanço entre os anos dos Censos, com uma redução de 40,9 pontos percentuais no índice. Em termos de retrocesso, Mogi das Cruzes (SP) registrou o maior aumento, com uma elevação de 48 pontos percentuais.



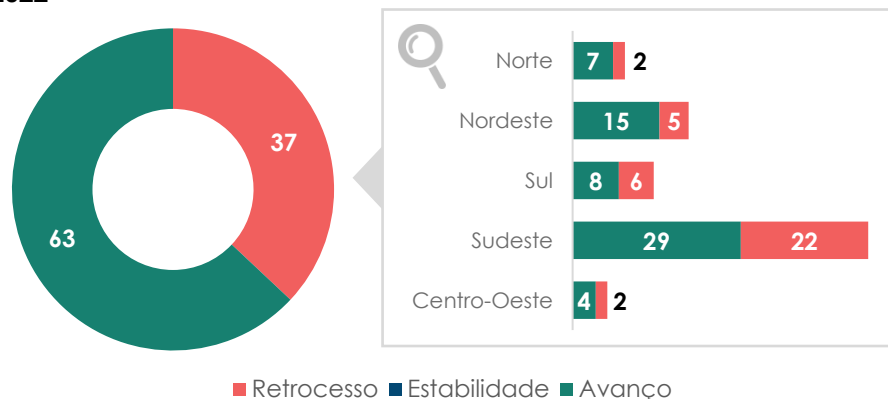
## Evolução do índice de perdas na distribuição de água nos 100+ e Brasil (% do volume de água consumida)



## Municípios com melhor e pior colocações no indicador em 2022



## Número de municípios conforme a variação do índice de perdas na distribuição de água (% do volume de água consumida) entre 2010 e 2022<sup>1</sup>



## Municípios com melhor e pior variações no indicador (em p.p) entre 2010 e 2022



Fonte: Macroplan, a partir de dados do Snis.

Notas: <sup>1</sup> Os municípios que alcançaram 100%, tanto no ano inicial quanto no ano final, foram incluídos no grupo com avanço por já terem atingido a universalização. <sup>2</sup> Média ponderada dos 100 maiores municípios.



# Capítulo 3

## Agenda estratégica



# Agenda estratégica em cinco desafios

**Aprimorar a gestão municipal** é fundamental para que se alcancem melhores resultados para a população, num contexto de recursos escassos e de maior demanda por serviços públicos de qualidade.

**1) Da gestão das urgências à construção do futuro.** É preciso superar o foco na gestão das urgências por meio de soluções pouco conectadas com os desafios futuros. A construção de cidades mais prósperas, sustentáveis e menos desiguais demanda visão de futuro compartilhada entre lideranças políticas, econômicas e sociais. Diagnosticar, examinar os cenários futuros, definir prioridades e estratégias de implementação das políticas públicas, além de garantir gestão financeira equilibrada, é essencial para um processo de desenvolvimento sustentado.

**2) Gerir com base em dados e evidências, monitorar e avaliar os resultados e descontinuar, quando for o caso, políticas públicas de baixo desempenho.** As tecnologias digitais multiplicam a disponibilidade de dados. Os dados estão cada vez mais acessíveis aos gestores públicos. Em algumas áreas, é possível acompanhar em tempo real a prestação de um serviço e intervir de forma precisa e tempestiva quando surge algum problema. As avaliações permitem ao gestor conhecer a efetividade das políticas e, assim, decidir sobre sua continuidade ou suspensão, a fim de se evitar o desperdício de recursos. A conquista de bons resultados depende da continuidade de políticas públicas comprovadamente eficazes.

**3) Buscar integração entre as áreas do governo e cooperação com outros municípios e organizações da sociedade.** A gestão pública é muito compartimentada. Há problemas complexos cujos recursos e competências necessários para solucioná-los extrapolam o âmbito de uma única gestão. A integração e a cooperação promovem um uso mais inteligente dos recursos, melhoram a qualidade dos serviços públicos e fortalecem as redes de apoio social e intermunicipal, criando um ambiente mais sustentável e resiliente para todos.



**4) Identificar, atrair e manter lideranças para funções estratégicas.**

Os cargos de liderança do setor público são estratégicos para entregar melhores políticas e serviços públicos à população. Os líderes públicos, sejam servidores selecionados dentro da estrutura da gestão ou atraídos do mercado, precisam gerir conflitos de interesses diversos, agir com visão de longo prazo, mobilizar e engajar atores, criar as condições para implementar ou descontinuar as políticas e os serviços públicos, entre outros diversos e complexos desafios que se apresentam de modo cotidiano e simultâneo.

**5) Saúde financeira.** Este é um dos pilares para o desenvolvimento e a prosperidade da cidade, pois permite capacidade de investimento e de execução de políticas públicas ao mesmo tempo que fornece estabilidade e previsibilidade à gestão, possibilitando que se planeje a longo prazo e se implementem políticas com continuidade, evitando-se interrupções em serviços e programas. Contribui ainda para a atração de investidores e a captação de recursos extraorçamentários para a execução de projetos estratégicos para o futuro da cidade.





# Anexo

## Metodologia



# Metodologia do IDGM

A construção do IDGM segue metodologia semelhante à do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Para cada indicador, a fórmula pode mudar, a depender do significado de seu crescimento.

Para os indicadores cujo crescimento significa melhora da situação do município, a fórmula utilizada é:

$$I_i = \frac{V_i - V_{mínimo}}{V_{máximo} - V_{mínimo}}$$

Onde  $I_i$  é o índice do município  $i$  e  $V_i$  é o valor do indicador no município  $i$ .

Se o crescimento do indicador significa piora da situação do município, a fórmula utilizada para o cálculo do índice é:





$$I_i = \frac{V_i - V_{máximo}}{V_{mínimo} - V_{máximo}}$$

Certos municípios não apresentam valores em alguns dos anos utilizados. Para esses casos, foi adotado o valor mais recente, desde que este ficasse compreendido em um intervalo de tempo de até três anos do ano a ser preenchido.

Para os indicadores em percentual e o Ideb, os valores mínimos e máximos são os teóricos, ou seja, podem variar de 0 a 100% (no caso do Ideb, de 0 a 10). Os limites máximos dos demais indicadores foram definidos a partir dos valores mínimos e máximos observados no grupo dos 100+ no período considerado (2010 a 2022), dependendo da disponibilidade dos dados de cada variável, conforme tabela apresentada na página seguinte.

Os pesos dos indicadores e das áreas que compõem o indicador sintético foram construídos a partir de uma análise que seguiu a metodologia da Análise Hierárquica de Prioridades (AHP).<sup>1</sup>

# Parâmetros e Períodos dos Indicadores

	<b>Educação</b>	<b>Limites</b>		<b>Peso</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
		Mín	Máx	35,3%		
<b>Educação Infantil</b>				<b>13,1%</b>		
	Razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos	0%	100%	19%	Censo Escolar e IBGE	2010-2023*
	Razão entre matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos	0%	100%	19%	Censo Escolar e IBGE	2010-2023*
<b>Educação Fundamental</b>				<b>22,2%</b>		
	Ideb do Ensino Fundamental I – Rede pública	0	10	31%	Inep	2011-2023
	Ideb do Ensino Fundamental II – Rede pública	0	10	31%	Inep	2011-2023
	<b>Saúde</b>	<b>Limites</b>		<b>Peso</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
		Mín	Máx	35,3%		
	Taxa de óbitos de pessoas de 30 a 69 anos por DCNT (por 100 mil habitantes de 30 a 69 anos)	0	498,8 <sup>1</sup>	32%	DataSUS e IBGE	2010-2022*
	Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	0	100%	15%	DataSUS	2010-2022
	Percentual de cobertura da atenção básica (% da população)	0	100%	6%	Ieps e IBGE	2010-2023*
	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	0	23,07 <sup>2</sup>	47%	DataSUS	2010-2022
	<b>Segurança</b>	<b>Limites</b>		<b>Peso</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
		Mín	Máx	8,8 %		
	Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)	0	103 <sup>3</sup>	75%	DataSUS e IBGE	2010-2022*
	Taxa de óbitos em acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes)	0	44,5 <sup>4</sup>	25%	DataSUS e IBGE	2010-2022*
	<b>Saneamento e Sustentabilidade</b>	<b>Limites</b>		<b>Peso</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
		Mín	Máx	20,6 %		
	Índice de esgoto tratado (% do volume de água consumida)	0%	100%	20%	Snis	2010-2022*
	Índice de perdas na distribuição de água (% do volume de água consumida)	0%	100%	9%	Snis	2010-2022*
	Índice de atendimento de água (% da população)	0%	100%	28%	Snis	2010-2022*
	Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares (% da população)	0%	100%	14%	Snis	2010-2022*
	Índice de atendimento de esgoto (% da população atendida com água)	0%	100%	28%	Snis	2010-2022*

**Notas:** <sup>1</sup> Petrópolis (RJ), 2011; <sup>2</sup> Guarujá (SP), 2011; <sup>3</sup> Ananindeua (PA), 2010; e <sup>4</sup> Porto Velho (RO), 2012.

\* Cálculos feitos com base em estimativas populacionais de 2011 a 2021 e Censos de 2010 e 2022. Para 2023, foi utilizada a população enviada pela IBGE ao TCU.

# Glossário de Indicadores



## Educação

- **Razão entre matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos (2010-2023):** Razão entre o número total de matrículas em creche e o total de crianças de 0 a 3 anos. **Fonte:** Censo Escolar e IBGE.
- **Razão entre matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos (2010-2023):** Razão entre o número total de matrículas em pré-escola e o total de crianças de 4 a 5 anos. **Fonte:** Censo Escolar e IBGE.
- **Ideb Ensino Fundamental I (2011-2023):** Indicador que mede a qualidade da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ano ao 5º. O índice varia de 0 a 10, combinando dois fatores: desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa e a taxa de aprovação. **Fonte:** Inep.
- **Ideb Ensino Fundamental II (2011-2023):** Indicador sintético que mede a qualidade da educação nos anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ano ao 9º. O índice varia de 0 a 10, combinando dois fatores: desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa e taxa de aprovação. **Fonte:** Inep.



## Saúde

- **Taxa de óbitos de pessoas de 30 a 69 anos por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (2010-2022):** Número de óbitos de pessoas de 30 a 69 anos por DCNT a cada 100 mil habitantes nessa faixa etária. A metodologia consiste na razão entre o número de óbitos de pessoas de 30 a 69 anos causados por DCNT (CID-10: C00-C97; E10-E14; I00-I99; J30-J98, com exceção da J36) e a população de 30 a 69 anos multiplicado por 100 mil. Considera a soma dos dados municipais. **Fonte:** DataSUS e IBGE.
- **Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (2010-2022):** Número de nascidos vivos de mães que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal em relação ao total de nascidos vivos. **Fonte:** DataSUS.
- **Percentual de cobertura da atenção básica (%) (2010-2022):** Percentual da população que recebe assistência de equipes relacionadas à Atenção Básica, como a Estratégia Saúde da Família. **Fonte:** Ieps.
- **Taxa de mortalidade infantil (2010-2022):** Número de óbitos de menores de 1 ano a cada mil nascidos vivos na população residente. **Fonte:** DataSUS.



## Segurança

- **Taxa de homicídios (2010-2022):** Número de óbitos causados por agressão e intervenção legal a cada 100 mil habitantes. A metodologia consiste na razão entre o número de homicídios por residência (CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36) e o total de habitantes multiplicado por 100 mil. **Fonte:** DataSUS e IBGE.
- **Taxa de óbitos em acidentes de trânsito (2010-2022):** Número de óbitos em acidente de trânsito a cada 100 mil habitantes. A metodologia consiste na razão entre o número de óbitos por residência causados por acidentes de trânsito (CID-10: V01-V99) e o total de habitantes multiplicado por 100 mil. Considera a soma dos dados municipais, no numerador. **Fonte:** DataSUS e IBGE.



## Saneamento e sustentabilidade<sup>1</sup>

- **Índice de esgoto tratado (2010-2022):** Dimensiona a intensidade do tratamento de esgoto tendo como referência o volume de água consumida. **Fonte:** Snis.
- **Índice de perdas na distribuição de água (2010-2022):** Proporção de água perdida no processo de distribuição. A metodologia consiste no percentual de água perdida no processo de distribuição, considerando os volumes de água produzido, importado, consumido e utilizado para serviços. **Fonte:** Snis.
- **Índice de atendimento de água (2010-2022):** Percentual da população com atendimento de serviços de abastecimento de água. **Fonte:** Snis.
- **Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares (2010-2022):** Cobertura populacional com atendimento de serviços de coleta de Resíduos Domiciliares (RDO). A metodologia consiste na razão entre a população coberta por serviços de coleta de Resíduos Domiciliares e a população total. **Fonte:** Snis.
- **Índice de atendimento de esgoto (2010-2022):** Cobertura populacional com atendimento de serviços de coleta de esgotamento sanitário. A metodologia consiste na razão entre a população coberta por serviços de coleta de esgotamento sanitário e a população com acesso a abastecimento de água. **Fonte:** Snis.

# Equipe

## Diretoria da Macroplan

---

Glaucio Neves

Gustavo Morelli

## Coordenação do DGM

---

Adriana Fontes

Éber Gonçalves

## Desenvolvimento técnico

---

Beatriz Benevides

Heitor Braga

Pedro Gesteira

Pedro Rubin

Rachel Bastos

Thiago Nery

## Desenvolvimento Web

---

Alexandre Jordão

Luiz Fernando Silva dos Santos

Rayane Gesta

## Design

---

Clara Albuquerque

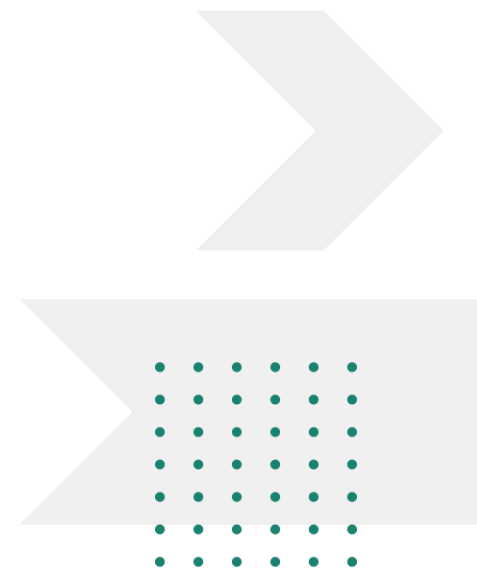
Luiza Raj

Tatiane Limani

## Revisão de texto

---

Kathia Ferreira



# DGM 2024

DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

  
**MacroPlan**  
*Analytics*

-  Rua Visconde de Pirajá, 351/718  
Ipanema - Rio de Janeiro, RJ
-  (21) 2287-3293
-  [macroplan@macroplan.com.br](mailto:macroplan@macroplan.com.br)